

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**O TRATAMENTO LEGAL DIFERENCIADO CONFERIDO AO TRABALHO  
INFANTIL ARTÍSTICO À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**JÚLIA FERNANDES ARCAS**

**RIO DE JANEIRO**

**2018/1**

**JÚLIA FERNANDES ARCAS**

**O TRATAMENTO LEGAL DIFERENCIADO CONFERIDO AO TRABALHO  
INFANTIL ARTÍSTICO À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Doutor Rodrigo de Lacerda Carelli.

**Rio de Janeiro**

**2018/1**

A668t

Arcas, Júlia Fernandes

O TRATAMENTO LEGAL DIFERENCIADO CONFERIDO AO  
TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO À LUZ DO PRINCÍPIO DA  
PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE /  
Júlia Fernandes Arcas. -- Rio de Janeiro, 2018.  
109 f.

Orientador: Rodrigo de Lacerda Carelli.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
de Direito, Bacharel em Direito, 2018.

1. Trabalho Infantil. 2. Trabalho Infantil  
Artístico. 3. Tratamento legal diferenciado. 4.  
Ministério Público. I. Carelli, Rodrigo de Lacerda,  
orient. II. Título.

**JÚLIA FERNANDES ARCAS**

**O TRATAMENTO LEGAL DIFERENCIADO CONFERIDO AO TRABALHO  
INFANTIL ARTÍSTICO À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Doutor Rodrigo de Lacerda Carelli.

Data da Aprovação: \_\_ / \_\_ / \_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Orientador

---

Membro da Banca

---

Membro da Banca

**Rio de Janeiro**

**2018/1**

## **RESUMO**

O presente trabalho aborda o tratamento legal diferenciado conferido ao trabalho infantil artístico sob a ótica do princípio constitucional da proteção integral da criança e do adolescente. Este estudo se justifica em virtude da necessidade de proteção da criança e do adolescente, como seres em desenvolvimento, e a existência do trabalho infantil artístico, que, por vezes, pode obstar este desenvolvimento. O objetivo desta pesquisa é analisar como esta modalidade de trabalho existe diante da proibição constitucional ao trabalho infantil e demonstrar a necessidade de fiscalização da atividade para que direitos não sejam prejudicados. Para a realização deste trabalho, buscou-se apresentar conceitos pertinentes ao tema, legislações aplicáveis, efeitos do trabalho infantil, especialmente, o trabalho infantil artístico, além de relatar a atuação do Ministério Público do Trabalho, como fiscal do ordenamento jurídico.

Palavras-chave: Trabalho Infantil; Trabalho Infantil Artístico; Tratamento legal diferenciado; Ministério Público do Trabalho.

## **ABSTRACT**

The present study aims at the differentiated legal treatment conferred to the artistic child labor from the point of view of the constitutional principle of the integral protection of the child and the adolescent. This study is justified by the need to protect children and adolescents as developing beings, and the existence of artistic child labor, which can sometimes hamper this development. The objective of this research is to analyze how this modality of work exists before the constitutional prohibition of child labor and expose the need to supervise the activity so that rights are not harmed. In order to carry out this essay, it was presented pertinent concepts to the theme, applicable legislation, effects of child labor, especially artistic child labor, as well as the work of the prosecution system, as prosecutor of the law.

**Keywords:** Child labour; Artistic child labour; Differentiated legal treatment; Prosecution system.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 TRABALHO INFANTIL.....</b>	<b>10</b>
2.1 Conceitos importantes.....	10
2.2 Estatísticas sobre o trabalho infantil.....	11
2.3 Marco normativo histórico.....	13
2.4 Perspectiva internacional.....	14
2.5 Perspectiva nacional e doutrina da proteção integral da criança e do adolescente.....	16
2.6 Exceções à proibição.....	19
<b>3 TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO.....</b>	<b>22</b>
3.1 Arte e Infância.....	22
3.1.1 Atividade artística vs. Trabalho artístico.....	22
3.1.2 O papel dos pais.....	24
3.1.3 Glamour, sacrifício ou sofrimento? .....	25
3.2 Regulamentação do trabalho infantil artístico.....	32
<b>4 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ESTUDO DE CASOS.....</b>	<b>41</b>
4.1 A atuação do Ministério Público do Trabalho.....	41
4.2 Estudo de casos.....	47
4.2.1 Apresentação dos casos.....	47
4.2.2 Breves apontamentos críticos sobre os casos.....	53
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O princípio da proteção integral da criança e do adolescente, consubstanciado no artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), norteador do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevê que a criança e o adolescente, como indivíduos vulneráveis e em desenvolvimento, necessitam da família, da sociedade e do Estado para garantir sua proteção, inclusive quanto à observância da idade mínima para admissão ao trabalho.

A idade mínima para exercer atividades laborais é de dezesesseis anos, de acordo com o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição e artigo 403 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo-se o contrato de aprendizagem ao adolescente de quatorze anos.

A erradicação do trabalho infantil é um dos objetivos da República Federativa do Brasil, conforme artigo 3º da Constituição, uma vez que priva a criança e o adolescente de diversos direitos, tais como o convívio familiar e a frequência escolar, além de afetar severamente seu desenvolvimento em diversas esferas. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho precoce interfere diretamente no desenvolvimento físico, emocional e social da criança e do adolescente.

No entanto, o trabalho infantil artístico não é objeto de grande resistência da sociedade ou do Estado e não é tema abordado com razoável frequência nos planos e programas que envolvem a questão do trabalho infantil. Os artistas mirins são inseridos no mercado de trabalho e expostos à pressões, cobranças e exigências, e a situação é tratada com certa normalidade pela sociedade, diante do deslumbramento com o meio artístico.

O trabalho infantil artístico possui tratamento diferenciado e tem sido autorizado em situações excepcionais, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho.



A Convenção nº 138 da OIT, em seu artigo 8º, possibilita situações nas quais a criança e o adolescente podem realizar o trabalho artístico, mediante autorização judicial específica para o caso concreto, contendo restrições às condições e duração da atividade.

Do mesmo modo, o artigo 149, §1º do ECA prevê a autorização judicial para a participação da criança e do adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios e certames de beleza, levando em conta os princípios da lei, as peculiaridades do local, a existência de instalações adequadas, o tipo de frequência habitual ao local, a adequação do ambiente e a natureza do espetáculo.

As crianças e adolescentes inseridos no meio artístico, em geral, enfrentam rotinas exigentes, ambientes de trabalho inadequados para a idade, exposição pública em excesso, horas excessivas de trabalho em detrimento de horas escolares ou de convivência familiar, o que pode influenciar gravosamente seu desenvolvimento social e psicológico e ocasionar danos à saúde física e mental. Muitas vezes, inclusive, a criança e o adolescente são introduzidos no meio por vontade exclusiva de seus pais.

A liberdade de expressão artística precisa ser balanceada com o direito à infância, logo regulamentação e fiscalização adequadas são as únicas formas de evitar consequências danosas oriundas da atividade, devendo ser respeitadas as fragilidades biológicas e psicológicas dos indivíduos em desenvolvimento, de modo a garantir sua efetiva e essencial proteção.

Nesse contexto, erguem-se as seguintes questões: Qual é o tratamento legal conferido ao trabalho infantil artístico? É possível a concessão de autorizações judiciais excepcionais? Há necessidade de regulamentar esta modalidade de trabalho? Por que razão a exceção (permissão) é aplicada em detrimento da regra (proibição)? O trabalho infantil artístico é compatível com o princípio da proteção integral da criança e do adolescente e com a idade mínima constitucionalmente prevista para ingresso no mercado de trabalho?

A observância dos itens apontados e os questionamentos acima foram motivadores para o desenvolvimento desta pesquisa, que tem o objetivo principal de trazer subsídios para a reflexão acerca da necessidade de regulamentar e fiscalizar o trabalho infantil artístico, levando em consideração como o tema é tratado no ordenamento jurídico nacional e internacional e como a questão é enfrentada pelo Ministério Público do Trabalho, a fim de atenuar os efeitos danosos da atividade.

Para tal, este estudo analisa o tratamento diferenciado, atualmente conferido ao trabalho infantil artístico, suas consequências, limitações e restrições. Além disso, discute a potencialidade danosa do trabalho infantil artístico, examinando os motivos que possibilitam a existência desta modalidade de trabalho em um contexto social de erradicação do trabalho infantil.

Após esta breve introdução sobre o tema, o primeiro capítulo apresenta legislação e dados estatísticos referentes ao trabalho infantil no Brasil e no mundo, o segundo capítulo apresenta a diferenciação entre “atividade artística” e “trabalho artístico”, discorre sobre os efeitos da arte na infância, bem como aponta a regulamentação acerca do trabalho infantil artístico, em seguida, o terceiro capítulo relata a atuação do Ministério Público do Trabalho. Por fim, são apresentadas considerações finais deste estudo.

## 2 TRABALHO INFANTIL

### 2.1 Conceitos importantes

É fundamental, para o desenvolvimento deste trabalho, a apresentação dos conceitos de criança, adolescente e trabalho infantil.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, assinada em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil através do decreto nº 99.710/90, prevê, em seu artigo 1º, que “considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”<sup>1</sup>. De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069/90, em seu artigo 2º, criança é “a pessoa até doze anos incompletos” e adolescente é aquele “entre doze e dezoito anos de idade”<sup>2</sup>.

Para Melo e César (2016, p. 41), trabalho infantil consiste em “toda atividade econômica e/ou de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remunerada ou não, realizada por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos. Exceção da aprendizagem a partir de 14 anos.”. Para Cavalcante (2010, p. 27), trabalho infantil “é aquele realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para entrada no mercado de trabalho, seguindo a legislação em vigor no país”.

Compreendem Reis e Custódio (2017, p. 24) que trabalho infantil “é toda e qualquer atividade realizada por crianças e adolescentes antes dos limites legais de idade mínima para o trabalho”, de modo que, este é “vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro e pelas organizações internacionais”.

---

<sup>1</sup> Convenção os Direitos da Criança. Art. 1º. Para efeitos da presente Convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.

<sup>2</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 2º. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Entende Almeida (2015, p. 154) que “tem-se utilizado a expressão trabalho infantil para todo e qualquer trabalho proibido realizado quer por criança ou adolescentes”. Compreende, desta forma, que qualquer atividade realizada por crianças e adolescentes, com ou sem remuneração, é considerada trabalho infantil e, diante das inesgotáveis possibilidades de ocorrência, sua existência pode configurar exploração, abuso, negligência e violência (MEDEIROS NETO, 2015).

Segundo a OIT, por meio do entendimento conjunto das Convenções nº 138 e 182, trabalho infantil é aquele realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima de admissão no trabalho estabelecida no país.

É importante ressaltar que a expressão “trabalho infantil” é passível de crítica, pois não há um trabalho “para crianças” ou “próprio de criança”, mas sim exercido por crianças ou adolescentes. Entretanto, por ser expressão consagrada, será a adotada neste trabalho.

O trabalho infantil pode ser dividido em diferentes modalidades: trabalho infantil no âmbito familiar, doméstico, em benefício de terceiros, por conta própria, em atividades ilícitas e no contexto artístico (MEDEIROS NETO; MARQUES, 2013), objeto deste trabalho.

## 2.2 Estatísticas do trabalho infantil

De acordo com a OIT, nas Estimativas Globais de trabalho infantil: resultados e tendências 2012-2016<sup>3</sup>, 152 milhões de crianças entre cinco e dezessete anos eram vítimas de trabalho infantil no mundo, sendo 88 milhões de meninos e 64 milhões de meninas. Dentre

---

<sup>3</sup> OIT. **Global Estimates of Child Labour: results and trends, 2012-2016**. Geneva, 2017. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/publication/wcms\\_575499.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/publication/wcms_575499.pdf)>. Acesso em 28 abr. de 2018.

essas crianças, 73 milhões realizavam formas perigosas de trabalho, das quais 19 milhões tinham menos de doze anos, o que demonstra grande preocupação para a Organização.

No Relatório, a OIT destaca os avanços no combate ao trabalho infantil, na medida em que o número de crianças nessa situação diminuiu no período de 2012 a 2016. No entanto o progresso foi menor do que em relação ao período anterior de 2008 a 2012; enquanto neste período, a redução foi de 47 milhões, no período de 2012 a 2016, este número foi de 16 milhões.

Quanto à localidade, relata que o maior número de crianças em trabalho infantil encontra-se na África, com 72,1 milhões, seguida da Ásia e do Pacífico, com 62 milhões, depois o continente americano, com 10,7 milhões, da Europa e da Ásia Central, com 5,5 milhões e dos Estados Árabes, com 1,2 milhões. Aponta o relatório como seria crucial o avanço na continente africano, destacando a forte correlação entre trabalho infantil e situações de conflitos e desastres.

Para a OIT, de modo a atingir o compromisso de erradicar o trabalho infantil em todas as suas formas até 2025, faz-se necessário que o progresso seja mais rápido, caso contrário, até lá, ainda restarão 121 milhões de crianças em trabalho infantil, dentre as quais 52 milhões estarão realizando trabalho perigoso.

A conclusão do relatório foi no sentido de que é fundamental a integração de políticas apropriadas para desenvolver esforços específicos para enfrentar o trabalho infantil nas diferentes regiões, assim como o investimento em divulgar os impactos do trabalho infantil, além de destacar a importância da cooperação internacional para o progresso na luta contra o trabalho infantil.

Especialmente quanto à situação no Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)<sup>4</sup>, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

---

<sup>4</sup> IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em 28 abr. de 2018.

em 2015, relatou que, neste ano, havia 2,7 milhões de pessoas de cinco a dezessete de idade trabalhando no Brasil, na medida que houve redução de 19,8% desse número em relação ao ano anterior. Deste número, 412 mil eram crianças de cinco a treze anos. Assim como no relatório mundial, há mais meninos realizando trabalho infantil do que meninas, enquanto estas representam 41% do todo, aqueles 59%.

A Pesquisa, ainda, destacou que, entre 1992 e 2015, 5,7 milhões de crianças deixaram de trabalhar no Brasil, sendo essa redução de 68%. Por outro lado, entre 2014 e 2015, o número de crianças de cinco a nove anos exercendo as atividades aumentou 12,3%, passando de 70 mil para 79 mil crianças.

### 2.3 Marco normativo histórico

No século XVIII, segundo Campos (2012), o maior número de relatos sobre menores realizando atividades de adulto, ainda que desumanas e perigosas, se encontrava na Grã-Bretanha, em razão do contexto social da época, de modo que estas estavam dispostas a realizar serviços sob quaisquer condições. O autor destaca que surgiram, então, duas correntes sobre a realização deste trabalho.

A primeira era favorável ao trabalho infantil, pois era forma de reprimir as más inclinações humanas provenientes do pecado original, para a religião protestante, além de ser forma de preparar os pequenos adultos para o mercado de trabalho. A segunda corrente, por outro lado, entendia a infância como fase especial da vida, fundamental para a construção física e mental do adulto, defendendo, então a necessidade de elaboração de leis para proteger as crianças, que não eram apenas “pequenos adultos”.

Assim, Campos (2012) apresenta breve panorama histórico sobre a regulamentação trabalhista nesse contexto: em 1802, foi elaborado o primeiro ato legislativo para proteger o trabalho de crianças, o *The Health and Morals Act*, também conhecido como Lei de Peel, pela iniciativa do Ministro Robert Peel, que regulou a jornada de trabalho das crianças, limitando o

labor noturno e se preocupando em estabelecer regras para a educação do menor; em 1819, Peel editou nova lei que proibia o trabalho de menores de nove anos, bem como limitou a jornada de trabalho dos menores de dezesseis anos a doze horas diárias; em 1833, foi promulgada a lei *Lord Althorp Act*, que proibiu o trabalho de menores de nove anos, vetou o trabalho noturno e limitou a jornada de trabalho dos menores de treze anos a nove horas diárias e daqueles com idade entre treze e dezoito anos a doze horas diárias; e, em 1878, foi promulgada nova lei, que elevava a idade mínima dos empregados para dez anos, limitava a jornada de trabalho das crianças entre quatorze e dezoito anos em doze horas.

Corrêa (2016, p.11) resume a expansão do movimento pela imposição de limites à exploração da mão de obra infantil:

a França proibiu, em 1813, o trabalho de menores de 10 anos em minas e, em 1841, fixou jornada máxima de oito horas para trabalhadores na faixa etária entre 08 e 12 anos de idade, e de doze horas para a faixa etária entre 12 e 16 anos de idade, enquanto a Alemanha limitou, em 1839, a jornada de trabalho a dez horas para trabalhadores na faixa etária dos 09 aos 16 anos de idade. Em 1886, a Itália estabeleceu a idade mínima de 09 anos para admissão no trabalho, fixando em oito horas a jornada para trabalhadores com até 12 anos de idade.

## 2.4 Perspectiva internacional

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada em 1919 e, neste mesmo ano, adotou a Convenção nº 5 sobre a idade mínima para admissão na indústria, que fixava a idade de quatorze anos para admissão no trabalho em minas, indústrias, construção e transportes e a Convenção nº 6 sobre o trabalho noturno dos menores na indústria. Assim, verifica-se que, desde a sua criação, a OIT expressa a necessidade de que Estados internacionais incorporem ao seu ordenamento jurídico interno a proteção da criança e do adolescente (CAMPOS, 2012).

Desde então, foram aprovadas diversas Convenções e Recomendações para proteger e limitar o trabalho das crianças e adolescentes, no entanto, aplicáveis apenas a limitados setores econômicos (REIS; CUSTÓDIO, 2017). Dessa forma, merecem destaque a Convenção nº 138

e a Recomendação nº 146, aplicáveis à todos os setores da economia, e a Convenção nº 182 e a Recomendação nº 190, pertinente às piores formas de trabalho infantil.

A Convenção nº 138 estabelece a obrigação de que os Estados que a ratificassem deveriam adotar medidas para alcançar a abolição do trabalho infantil, bem como aumentar progressivamente a idade mínima para admissão no trabalho, que não poderia ser inferior à idade de conclusão do período de escolaridade obrigatória ou quinze anos de idade. No mesmo ano, foi aprovada a Recomendação nº 146, além de tratar da idade mínima de dezesseis anos para o trabalho em qualquer atividade econômica, traz orientações para a busca pela erradicação do trabalho infantil.

Em seguida, em 1999, foi aprovada a Convenção nº 182, que versa sobre as piores formas de trabalho infantil e ações imediatas e eficazes para a eliminação. No artigo 3º da Convenção, explicitou-se que a expressão “piores formas de trabalho infantil” abrange todos os meios de escravidão ou práticas análogas, o envolvimento de crianças com prostituição, pornografia, atividades ilícitas, além do trabalho que pode prejudicar a saúde, segurança e moral. Destaca-se, que, para os fins desta Convenção, criança é qualquer pessoa com menos de dezoito anos. No mesmo ano, foi aprovada a Recomendação nº 190, como complemento a Convenção nº 182, com o objetivo de identificar, denunciar e impedir as piores formas de trabalho infantil.

Ademais, ainda no contexto internacional, destaca-se a Declaração de Direitos da Criança, de 1959, que proíbe o emprego de crianças antes da idade mínima permitida e veda a realização de atividades prejudiciais à saúde, educação e pleno desenvolvimento<sup>5</sup>; o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, que traz a proibição de trabalho prejudicial à moral, saúde e idade da criança<sup>6</sup>; e a Convenção sobre os Direitos da

---

<sup>5</sup> Declaração de Direitos da Criança. Princípio 9º. A criança gozará de proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma. Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

<sup>6</sup> Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Art. 10. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem que: 1. Deve-se conceder à família, que é o elemento natural e fundamental da sociedade, as mais amplas proteção e assistência possíveis, especialmente para a sua constituição e enquanto ele for responsável pela criação e educação dos filhos. O matrimônio deve ser contraído com o livre consentimento dos futuros cônjuges. 2. Deve-se conceder proteção especial às mães por um período de tempo razoável antes e depois do parto. Durante



Criança, de 1990, que garante a proteção da criança contra a exploração econômica e desempenho de atividades que sejam perigosas ou prejudiciais à sua saúde, educação e desenvolvimento<sup>7</sup>.

## 2.5 Perspectiva nacional e doutrina da proteção integral da criança e do adolescente

Esclarece Oris de Oliveira (s. d.) que, até os dias atuais, apesar de todas as transformações políticas e sociais do Brasil, o trabalho infantil sempre foi presente, apresentado como solução e aceito pelas camadas sociais e pelo poder judiciário, legislativo e executivo. E, desde as primeiras leis regulamentando o tema, sempre houve descumprimento pela realidade social.

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente<sup>8</sup>, elaborado em 2004, revisado e ampliado em 2011, pela Conaeti (Comissão Nacional de Erradicação do trabalho Infantil), sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, registra o fato do trabalho infantil no Brasil nunca ter sido considerado negativo pela sociedade brasileira, apontando inclusive a compreensão dos empregadores de estarem dando oportunidade para as crianças e adolescentes. Cita frases que demonstram o dito: “É natural o pai ensinar o trabalho para o filho”, “É melhor a criança trabalhar do que ficar na rua exposta ao crime e aos maus costumes”, “Trabalhar educa o caráter da criança”, “É bom a

---

esse período, deve-se conceder às mães que trabalham licença remunerada ou licença acompanhada de benefícios previdenciários adequados. 3. Devem-se adotar medidas especiais de proteção e de assistência em prol de todas as crianças e adolescentes, sem distinção alguma por motivo de filiação ou qualquer outra condição. Devem-se proteger as crianças e adolescentes contra a exploração econômica e social. O emprego de crianças e adolescentes em trabalhos que lhes sejam nocivos à moral e à saúde ou que lhes façam correr perigo de vida, ou ainda que lhes venham a prejudicar o desenvolvimento normal, será punido por lei. Os Estados devem também estabelecer limites de idade sob os quais fique proibido e punido por lei o emprego assalariado da mão-de-obra infantil.

<sup>7</sup> Convenção sobre os Direitos da Criança. Art. 32. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança de estar protegida contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. 2. Os Estados Partes adotarão medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais com vistas a assegurar a aplicação do presente artigo. Com tal propósito, e levando em consideração as disposições pertinentes de outros instrumentos internacionais, os Estados Partes, deverão, em particular: a) estabelecer uma idade ou idades mínimas para a admissão em empregos; b) estabelecer regulamentação apropriada relativa a horários e condições de emprego; c) estabelecer penalidades ou outras sanções apropriadas a fim de assegurar o cumprimento efetivo do presente artigo.

<sup>8</sup> BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. 2004. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms\\_233716.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_233716.pdf)>. Acesso em 28 abr. 2018.

criança ajudar na economia da família”, “trabalho é solução para a criança, aprende um ofício, ganha uns trocados e aproveita o tempo em algo útil”.

O artigo 227 da Constituição concretiza a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, ao determinar que estes devem ser tratados como cidadãos plenos, sujeitos de direitos e obrigações, de modo que a família, a sociedade e o Estado devem garantir sua proteção prioritária, em razão do estágio de desenvolvimento em que se encontram. Eis a redação do dispositivo:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direito, cidadãos em formação, titulares de direitos fundamentais e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento é fundamento da doutrina da proteção integral, deste modo, segundo Melo e César (2016), faz-se necessária a intervenção do Estado e a atuação em rede (instâncias públicas e sociedade civil) para que este período da vida seja resguardado, garantindo-se assim direitos fundamentais. A proteção, portanto, justifica-se no fato que a infância e a adolescência são “fases essenciais para que se alcance, de forma adequada, a plena capacidade e maturidade, tanto do ponto de vista físico/fisiológico, quanto mental/psíquico” (AMÂNCIO, 2016, p. 183).

Considerando a doutrina da proteção integral, foi elaborado, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069, que estabelece como absolutamente prioritária a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assim como o Estatuto, apresenta restrições ao trabalho infantil.

O artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição determina a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz. Às crianças e aos adolescentes, portanto, é garantido o

direito fundamental ao não trabalho, de modo que estes não tenham seu desenvolvimento físico e mental prejudicado. Importante destacar que o texto original do inciso XXXIII do artigo 7º, que proibia trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de dezoito anos e qualquer trabalho aos menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, foi alterado pela Emenda Constitucional nº 20/1998.

Nogueira (2016, p. 102) destaca o prejuízo da educação da criança que trabalha, por impedir a mesma de desenvolver as habilidades e competências que possam levá-la a uma vida melhor:

Comecei a entender os motivos pelos quais o trabalho infantil é tão perverso. Exatamente porque ele alimenta o ciclo da pobreza: prejudica os estudos (quando não o inviabiliza), e, sem os estudos, não há possibilidade de qualificação profissional adequada. Sem esta, não há viabilidade, para a grande esmagadora maioria da população, de acesso às melhores condições de vida e emprego. Sem possibilidade de ascensão pela vida profissional própria, muitos pais acabam por encaminhar seus filhos ao mercado de trabalho de modo precoce, prejudicando-lhes a possibilidade de uma vida melhor.

Taís Schilling Ferraz, Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público e Presidente da Comissão da Infância e Juventude, aponta que o trabalho infantil “além dos prejuízos irrecuperáveis às suas principais vítimas, produz efeitos nocivos à própria economia e ao desenvolvimento do país.” (MEDEIROS NETO; MARQUES, 2013, p. 6). Destaca-se, desta forma, consequência negativa do trabalho infantil: “tríplice exclusão: na infância, quando a criança perde a oportunidade de brincar, estudar e aprender; na idade adulta, quando perde oportunidades de trabalho por falta de qualificação profissional; na velhice, pela consequente falta de condições dignas de sobrevivência” (MEDEIROS NETO; MARQUES, 2013, p. 16).

Segundo Santos e Marques (2016), a limitação etária para o trabalho é condição essencial para a realização dos direitos previstos constitucionalmente que garantam a proteção integral. Desta maneira, é incontestável que o trabalho de menores de dezesesseis anos, no Brasil, é proibido, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. O artigo 403 da CLT também prevê a proibição de trabalho aos menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz. O artigo 60 do ECA, ao determinar a proibição de qualquer trabalho aos menores de quatorze

anos, salvo na condição de aprendiz, não recebeu a necessária modificação para se adequar à alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 20/98.

O trabalho realizado em período noturno é prejudicial a todos os trabalhadores, pois este período é destinado ao repouso e ao descanso, por esta razão, além da Constituição, a vedação do trabalho noturno aos menores de dezoito anos encontra respaldo legal também nos artigos 404 da CLT e 67, inciso I do ECA. O trabalho insalubre ou perigoso, da mesma maneira, não pode ser exercido por menores de dezoito anos, uma vez que o organismo do menor ainda está em desenvolvimento e não reage aos agentes nocivos da mesma maneira que o dos adultos. A vedação ao trabalho perigoso ou insalubre dos menores de dezoito anos está prevista, também, nos artigos 405, inciso I da CLT e 67, II do ECA.

Calsing (2016) destaca que, além de questões legais e jurídicas, a proibição ao trabalho precoce deriva da necessidade de assegurar a plenitude da infância, que é momento de brincar, aprender, estudar, ser protegido e amado. Aponta, dessa forma, o trabalho como um problema social, econômico e político e destaca a importância da brincadeira, direito positivado no inciso IV do artigo 16 do ECA, como fundamental na construção da personalidade futura.

## 2.6 Exceções à proibição

Para o ordenamento jurídico brasileiro, desde que o trabalho não seja insalubre, perigoso, noturno e não prejudique o desenvolvimento do adolescente, nos termos do artigo 67 do ECA, pode ser realizado entre dezesseis e dezoito anos, e, na condição de aprendiz, o trabalho pode ser realizado entre quatorze e dezesseis anos. Deste modo, qualquer trabalho realizado por menores de quatorze anos é proibido pela Constituição e, segundo Reis e Custódio (2017, p. 87), “a limitação etária não comporta nenhuma exceção”.

A regra constitucional que proíbe o trabalho aos menores de dezesseis anos é permissiva quanto à aprendizagem, no sentido que, atividades de aprendizagem podem ser exercidas pelo adolescente a partir dos quatorze anos (artigo 7º, XXXIII da Constituição). O contrato de

aprendizagem, previsto nos artigos 423 a 428 da CLT, é modalidade de contrato de trabalho especial e representa instrumento de promoção do direito fundamental à profissionalização, conforme previsto no artigo 227 da Constituição (MEDEIROS NETO; MARQUES, 2013).

O artigo 428 da CLT prevê requisitos indispensáveis para que a relação de trabalho seja de aprendizagem, dentre eles, a garantia à formação técnico-profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico, a anotação da Carteira de Trabalho, a garantia ao salário mínimo hora, a matrícula e frequência do aprendiz na escola e o prazo máximo de dois anos de contrato. Destaca-se que a aprendizagem pode ocorrer pela via escolar, nas instituições públicas ou privadas credenciadas que mantêm cursos de ensino técnico, bem como pela via empresária, regulamentada pela lei nº 10.070/2000. O professor Oris de Oliveira (2016, p. 89) conclui que “a conscientização sobre a importância da qualificação profissional no futuro ajuda a aniquilar a evasão escolar “para ir trabalhar””.

Quanto às demais formas de trabalho exercido pela criança e pelo adolescente, em especial o trabalho desportivo e artístico, tidos como exceção à regra de proibição, cabe destacar que “não há qualquer ressalva no texto constitucional que permita inferir a possibilidade de sua realização” (REIS; CUSTÓDIO, 2017, p. 116). Os entendimentos de autores, juristas e especialistas sobre o tema são variados, desde os que o consideram violador da ordem jurídica até aqueles que entendem pela possibilidade de realização do trabalho, diante da possibilidade de autorização prevista no artigo 8º da Convenção nº 138<sup>9</sup> e o direito à livre expressão artística, positivado no artigo 5º, inciso IX da Constituição<sup>10</sup>.

No tocante ao trabalho desportivo, as regras de proteção do trabalho só serão aplicadas na hipótese de desporto de rendimento, quando da formação de atletas adolescentes ou da

---

<sup>9</sup> Convenção nº 138 da OIT. Art. 8. 1. A autoridade competente poderá conceder, mediante prévia consulta às organizações interessadas de empregadores e de trabalhadores, quando tais organizações existirem, por meio de permissões individuais, exceções à proibição de ser admitido ao emprego ou de trabalhar, que prevê o artigo 2 da presente Convenção, no caso de finalidades tais como as de participar em representações artísticas. 2. As permissões assim concedidas limitarão o número de horas do emprego ou trabalho autorizadas e prescreverão as condições em que esse poderá ser realizado.

<sup>10</sup> CRFB. Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

contratação como empregados (MEDEIROS NETO; MARQUES, 2013). Quanto ao atendimento da idade mínima para contratação, constitucionalmente prevista, uma das principais irregularidades no âmbito desportivo, faz-se necessária a autorização judicial para o exercício, assim como em atividades artísticas.

Assim como o trabalho infantil artístico pode gerar danos ao desenvolvimento da criança e do adolescente, conforme será exposto no próximo capítulo, é sabido como a realidade de crianças e adolescentes no desporto nacional pode ser cruel e violadora de direitos fundamentais. Destaca-se, para fim exemplificativo, o relato do tenista americano André Agassi<sup>11</sup>:

Cresci no tênis sendo obrigado a jogar. Fui mandado para longe de casa, me rebelei contra isso, me vi em um palco do tamanho do mundo, nunca achei que pudesse lidar com isso, sempre senti as dores disso. O tênis sempre acabou com minha infância, com minha vida. Eu queria praticar um esporte coletivo, eu queria ser uma criança normal. Quando cheguei a um palco para o mundo, quis expor minha revolta. E as pessoas achavam que eu estava expressando meu jeito de ser, quando, na verdade, eu não sabia quem eu era.

A contratação de crianças para o exercício da atividade artística é uma realidade no cotidiano, ainda que frente à limitação etária constitucional, desse modo, questiona-se: “se o trabalho infantil é proibido, porque ele é permitido na televisão e nos demais seguimentos artísticos?” (CAVALCANTE, 2010, p. 21). Questionamento esse que será enfrentado no próximo capítulo.

---

<sup>11</sup>O estranho fenômeno das celebridades mirins. Disponível em: <<https://medium.com/@fredmattos/o-estranho-fen%C3%B4meno-das-celebridades-mirins-1b7588d180df/>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

### **3 TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO**

#### **3.1 Arte e infância**

##### **3.1.1 Atividade artística vs. trabalho artístico**

É imperativo diferenciar “trabalho artístico” de “atividade artística”, evitando que essa imprecisão dos termos inclusive dificulte o enfrentamento do trabalho infantil.

O trabalho artístico tem fins econômicos, almejando retorno financeiro e se caracteriza como profissional, já que, conforme estabelece o artigo 3º da CLT, um dos requisitos da relação de emprego é a onerosidade (CAVALCANTE, 2010). Desse modo, de acordo com Reis e Custódio (2017), o trabalho artístico, ainda que desenvolvido por crianças e adolescentes, mantém as características da relação de emprego. O trabalho não é espontâneo, é um compromisso.

A atividade artística, por outro lado, não busca contrapartida econômica, mas a expressão artística da criança, com finalidade pedagógica e educativa, sem subordinação ou remuneração, de forma esporádica e não habitual, como em peças teatrais em escolas de teatro, representação de danças ou apresentações folclóricas, bem como apresentações escolares em determinadas datas ou eventos.

Cavalcante (2010) discute a diferença entre o que a criança produz em seu ambiente natural na brincadeira (sozinha, com irmãos, com amigos e com brinquedos), nos momentos cotidianos em que fantasia intensamente, daqueles em que veste a personagem artística e trabalha, e resume “Representar profissionalmente não é, no entanto, fantasiar” (CAVALCANTE, 2010, p. 14).

As fantasias são importantes na construção do ser humano, levando a criança a experimentar situações futuras e alternativas de comportamento, reações e sensações. É uma espécie de preparação para a vida real, ensaiando diferentes experiências ao brincar por exemplo de escola, de casinha, de motorista de ônibus, de hospital etc. Cavalcante (2010, p. 14) resume essa ideia: “É o jogo do faz-de-conta, simbólico, no qual se testar é a única regra. Se eu sinto medo, eu sinto medo como se fosse de verdade, mas sem mais nem menos, eu posso virar um super homem e resolver aquela situação incômoda.”.

Dessa forma, a criança, na condição de artista, não fantasia, porque os adultos intervêm nos elementos do contexto, para cumprir algo específico, onde não cabe a imaginação da criança, desviando a mesma da direção da fantasia.

Oris de Oliveira (s. d.), de forma concordante, aponta o incentivo que a educação artística oferece à possibilidade de desenvolvimento da criança e do adolescente, e cita opinião de Canotilho sobre o assunto: “o direito à educação artística pode levar ao desenvolvimento de seus pendores artísticos”. No entanto, é preciso refletir sobre a possibilidade e prioridade de desenvolver atividades artísticas em casa, em escolas, em clubes, não sendo os palcos comerciais à única opção.

Ademais, de acordo com Oliva (2010), é fundamental compreender o trabalho infantil artístico como trabalho, pois enfrentar esta forma de trabalho como mera “participação” pode representar porta escancarada para a precarização do trabalho infanto-juvenil. A sociedade, em geral, encara este trabalho como simples atividade, lazer e diversão da criança, que gera encantamento aos espectadores. Para Cavalcante (2010, p. 62):

Porém, grande parte da sociedade, de todas as classes sociais e níveis de escolaridade, avaliam preconceituosamente a atividade artística como um não trabalho, um lazer, uma diversão. Sem dúvida quem está no momento de lazer é o público, e se o espetáculo for bom ou a publicidade bem feita, ficará encantado com o talento dos artistas envolvidos. Talvez isso explique a dificuldade, neste contexto, do público imaginar todo o esforço e trabalho despendido para que o show aconteça.



### 3.1.2 O papel dos pais no desenvolvimento do trabalho artístico

Se até o final do século XX havia discriminação com aqueles que escolhiam a carreira artística, a partir daí houve uma mudança de paradigma e os próprios pais passaram a incentivar crianças a se enveredarem pelo caminho da carreira artística. Para outros tipos de trabalho infantil, que não o artístico, diversas explicações são encontradas para o seu desenvolvimento, a saber: substituição do trabalho adulto pelo infantil para compensar o desemprego dos pais, obrigatoriedade moral de envolver a criança ou adolescente nos negócios ou propriedades da família, solução para a desordem social usando o trabalho como forma de educação moral, entre outras. Mas, no caso do trabalho infantil artístico, os fatores que levam ao seu desenvolvimento e sobretudo ao seu incentivo são outros.

Segundo Cavalcante (2010, p. 47), “a vida “deslumbrante” e bem remunerada da atriz, modelo, cantor ou jogador, que é tomada como único ideal de futuro bem sucedido para crianças e adolescentes, bem como por seus pais”. Assim, ressalta que, além das motivações financeiras, o incentivo ao trabalho infantil artístico vem da vaidade dos pais e da ideia de que “se dar bem” na vida é conseguir sucesso e fama.

Em entrevista à Cléia Fidunio, especialista em Direito Civil e Processo Civil pelo Centro de Estudos Jurídicos<sup>12</sup>, três psicólogos e a secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa de Oliveira, comentaram o papel dos pais no desenvolvimento do trabalho infantil artístico, no sentido de que quando a criança desenvolve esta atividade, os pais pouco valorizam “como” este trabalho está sendo desenvolvido, pois estão focados na chance de realização pessoal e sucesso por meio dos filhos, negligenciando as perdas envolvidas. Muitas vezes, os próprios pais foram artistas ou esportistas frustrados e projetam nos filhos seus desejos e frustrações, impedindo o crescimento.

---

<sup>12</sup> Trabalho infantil na televisão sob a ótica jurídica. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28669/trabalho-infantil-na-televisao-sob-a-otica-juridica>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

Para Julie Lythcott-Haims, pesquisadora da Universidade de Stanford, a influência excessiva dos pais nas decisões de seus filhos impede que estes aprendam fazer escolhas importantes na vida, segundo a mesma, “se você não testa sua habilidade de escolher, jamais será um bom escolhedor de caminhos”<sup>13</sup>. Contardo Calligaris, psicanalista, afirma: “Em tese, sem as más influências dos adultos, as crianças poderiam ser geniais, inocentes e puras como o bom selvagem”<sup>14</sup>.

A criança fortalece sua autoestima com a aprovação dos pais, gosta de vê-los felizes e orgulhosos. O psicólogo Frederico Mattos ressalta: “Toda criança é ávida pela atenção dos pais, sendo assim, a criança dança ao ritmo do reforço de sua platéia familiar”<sup>15</sup>. De acordo com a psicóloga e ex-atriz mirim Cecília Dassi, o medo de decepcionar os pais, após dedicação e investimentos, pode fazer com que a criança se convença de que aquilo é o que ela quer para não perder a admiração e amor dos pais<sup>16</sup>.

Poucos artistas mirins testemunham sobre a escolha de suas vidas pelos pais e não pelos próprios, por questões afetivas. Em entrevista para ao programa da Oprah, em fevereiro de 1993, Michael Jackson, além de abordar a grande tristeza de sua infância e adolescência, por conta de toda a cobrança de ser um astro mirim, relatou o relacionamento com seu pai, que o provocava, “tirava sarro” de sua aparência e o batia antes das apresentações; segundo o cantor, seu pai acreditava que ele fosse seu menino de ouro<sup>17</sup>.

### 3.1.3 Glamour, sacrifício ou sofrimento?

---

<sup>13</sup>O estranho fenômeno das celebridades mirins. Disponível em: <<https://medium.com/@fredmattos/o-estranho-fen%C3%B4meno-das-celebridades-mirins-1b7588d180df/>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

<sup>14</sup>O estranho fenômeno das celebridades mirins. Disponível em: <<https://medium.com/@fredmattos/o-estranho-fen%C3%B4meno-das-celebridades-mirins-1b7588d180df/>>. Acesso em 29 mai.de 2018.

<sup>15</sup>O estranho fenômeno das celebridades mirins. Disponível em: <<https://medium.com/@fredmattos/o-estranho-fen%C3%B4meno-das-celebridades-mirins-1b7588d180df/>>. Acesso em 29 mai.de 2018.

<sup>16</sup>Artistas mirins devem ter direito de explorar seus potenciais. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/mobile/2015/07/22/artistas-mirins-devem-ter-direito-de-explorar-seus-potenciais.htm>>. Acesso em 29 mai.de 2018.

<sup>17</sup>Oprah Winfrey entrevista Michael Jackson. Disponível em: <<https://mjbeats.com.br/oprah-winfrey-entrevista-michael-jackson-4ea2567b4be9>>. Acesso em 29 mai.de 2018.

O trabalho infantil artístico requer muito esforço e dedicação, podendo restringir possibilidades do futuro da criança, já que ficam muito ocupadas e podem não se dedicar adequadamente à escola, à família, ao lazer, aos amigos, enfim à socialização, determinando limitações para o seu desenvolvimento. As gravações envolvem uma equipe inteira e muito dinheiro, por isso muitas vezes a criança trabalha doente, com hora marcada e com pressa, e muita cobrança, inclusive sob a justificativa de ter sido esta sua escolha. Além das gravações, ainda é necessário incluir na rotina dessas crianças um longo tempo para decorar as cenas, quase sempre com os pais. Os pais, por sua vez, assumem compromissos com diferentes agências, algumas vezes ocupando todos os dias do mês, sem que a criança tenha dias de descanso.

A Ministra Kátia Magalhães Arruda do Tribunal Superior do Trabalho destaca as consequências do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes<sup>18</sup>:

O estresse permanente que envolve a atividade artística, aliado às obrigações contratuais com horários, regras, além da possibilidade de exposição a diversos fatores de risco podem causar prejuízos psicológicos irreversíveis. Além disso, é comum o abandono ou descontinuidade escolar com defasagem na aprendizagem. A criança trabalhadora sofre todo tipo de pressão, semelhante a um adulto, sem ter, no entanto, a maturidade e a experiência necessária, causando vários transtornos, ambiguidades, além de percepções distorcidas da realidade, motivos que entendo como suficientes para restringir esse tipo de atividade. "Criança da IBOPE". Já foi comprovado que a aparição de crianças em propagandas rende maior atenção ao produto que está sendo anunciado e em busca do lucro, muitas crianças são exploradas.

Cavalcante (2010) aponta a rotina do trabalho infantil artístico, que envolve muito treinamento, dedicação, disciplina, pressão e sacrifício, que passa despercebida para a maioria das pessoas que admira o artista mirim, assim questiona o quanto o Trabalho Artístico Infantil é saudável para as crianças enquanto a sociedade deslumbrada assiste. Nesse sentido, destaca o esforço empreendido na carreira artística (CAVALCANTE, 2010, p. 48):

Na carreira artística isso é mais intenso, pois é preciso esconder o esforço e o sacrifício que se faz para alcançar um bom desempenho. Afinal, ninguém pensa, ao ver a leveza da bailarina, que seus pés doem muito quando ela fica na ponta destes, que os ombros e pescoço do pianista latejam de dor ao executar aquela linda música, ou que para a cena emocionante da novela ficar pronta foi necessário repeti-la vinte vezes. Isso sem

---

<sup>18</sup> Kátia Arruda diz que trabalho artístico infantil pode gerar danos irreparáveis. Disponível em: <[http://www.tst.jus.br/materias-especiais/-/asset\\_publisher/89Dk/content/id/2604357](http://www.tst.jus.br/materias-especiais/-/asset_publisher/89Dk/content/id/2604357)>. Acesso em 29 mai. de 2018.

contar na vida de restrições alimentares que as modelos de passarela precisam conviver. Ou que a grande parte das propagandas de televisão que não duram nem 30 segundos no ar demoram um dia inteiro para ser grava, envolvendo técnicos, atores e figurantes em cansativas horas de espera e repetição.

Algumas questões surgem a partir das reflexões acima: Que efeitos tem na criança ver sua vida pessoal e profissional intensamente exposta ao público? Como superar o estresse e as reprovações dos testes, sendo tão jovem? Como lidar com a frustração do fim da fama ou se ela não for alcançada? Como administrar uma relação familiar onde o maior salário é o da criança?

É bastante possível que as crianças vistas felizes nas telas possam estar sofrendo, inclusive muitos ex-artistas mirins já revelaram depressão e traumas ao chegar na idade adulta.

O psicólogo Frederico Mattos destaca certas características em comum em crianças que cresceram com demandas adultas excessivas, a saber: ansiedade sobre a própria performance (“não sou bom o suficiente”), expectativas excessivas sobre seu valor pessoal (“será que me amam pelo o que eu sou?”), medo do fracasso (“e se eu nunca mais conseguir o sucesso que eu tive”), problemas com a própria imagem corporal (“não gosto de nada no meu corpo”), comportamentos abusivos ou impróprios (“não quero que ninguém mais diga o que eu tenho que fazer”), dificuldade em aprendizagem, problemas de socialização (“não sou visto como as outras pessoas”) e problemas intrafamiliares<sup>19</sup>.

Outros profissionais da área de saúde mental também ressaltam em seus estudos os efeitos danosos do trabalho infantil artístico. Marília Makaaroun destaca que “os problemas costumam acontecer quando eles descobrem que só valem enquanto são fontes de dinheiro e de influência.”<sup>20</sup>. Lidar com o sucesso repentino pode trazer problemas emocionais, levando a frustrações doentias ao término da fama, e sobretudo se ela não acontecer. Vários testes sem sucesso podem fazer a criança entender que ela “não presta”. O psiquiatra Mario Louzã ressalta que além disso, as crianças que desenvolvem trabalho infantil artístico também precisam lidar

---

<sup>19</sup> O estranho fenômeno das celebridades mirins. Disponível em: <<https://medium.com/@fredmattos/o-estranho-fen%C3%B4meno-das-celebridades-mirins-1b7588d180df/>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

<sup>20</sup> Trabalho infantil na televisão sob a ótica jurídica. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28669/trabalho-infantil-na-televisao-sob-a-otica-juridica>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

com a fama, o que pode ser muito prejudicial, até porque estas crianças podem se sentir abandonadas quando a fama dura apenas um período, quando elas “perdem a graça”.<sup>21</sup>

A criança tem que lidar com o encantamento de muitos, podendo desenvolver um narcisismo tão exacerbado, que dificulte seu convívio agradável com outras crianças. “Uma criança famosa terá que lidar com o fato de ser reconhecida e admirada por todos, ao mesmo tempo em que deve cumprir todas as etapas da vida de qualquer outra criança”, explica o psiquiatra Mario Louzã<sup>22</sup>.

Renato Mendes, coordenador nacional do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da OIT, ressalta ainda outro dano do trabalho infantil artístico: “A exploração infanto-juvenil pode levar a uma adultização precoce. Muitos participam de cenas com conflitos familiares, o que pode acarretar em transtornos para a criança.”, destaca o risco da criança se misturar com a personagem, por não ter ainda um forte senso de identidade, criando assim uma identidade frágil e confusa<sup>23</sup>. É pertinente relacionar a essa observação, o exemplo da atriz mirim Klara Castanho, que fazia papel de malvada por algumas vezes, e a intervenção do Ministério Público se fez necessária para minimizar o risco à sua integridade psíquica. Veet Viverta, secretário executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância, defende que crianças não sejam envolvidas em tramas complexas que não tenham condições de assimilar<sup>24</sup>.

Outros especialistas também destacam o risco de personagens com vivências inadequadas à infância. Siro Darlan defende que proibir o trabalho pode gerar frustração, mas é a favor da regulamentação deste. Foi em 2000, enquanto Juiz da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, o responsável por portaria que obrigou acompanhamento psicológico e comprovação de frequência escolar para os atores mirins. Chegou a proibir participação de crianças em novela

---

<sup>21</sup> Atores mirins revelam depressão e traumas. Psiquiatra explica por que isso acontece. Disponível em: <<https://www.vix.com/pt/entretenimento/538240/atores-mirins-revelam-depressao-e-traumas-psi-quiatra-explica-por-que-isso-acontece>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

<sup>22</sup> Atores mirins revelam depressão e traumas. Psiquiatra explica por que isso acontece. Disponível em: <<https://www.vix.com/pt/entretenimento/538240/atores-mirins-revelam-depressao-e-traumas-psi-quiatra-explica-por-que-isso-acontece>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

<sup>23</sup> Trabalho infantil na televisão sob a ótica jurídica. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28669/trabalho-infantil-na-televisao-sob-a-otica-juridica>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

<sup>24</sup> Trabalho infantil na televisão sob a ótica jurídica. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28669/trabalho-infantil-na-televisao-sob-a-otica-juridica>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

da Globo e defende que o papel da justiça é evitar abusos. “Sou contra uma criança atuar em cenas de violência, com uso de drogas e armas e ainda em desrespeito à família. Condeno cenas de filmes, como o de Cidade de Deus, em que crianças e adolescentes aparecem com armas e participam de cenas de tiroteio.”<sup>25</sup>.

A ex-atriz mirim, Mara Wilson, hoje dubladora e com vinte e nove anos, filha de Robin Williams em Uma Babá Quase Perfeita (1993) e protagonista de Matilda (1996) lançou sua biografia e em entrevista concedida à BBC revelou as consequências negativas de seu trabalho artístico na infância, resultando em sua depressão. A dubladora relata: "Durante uma época, eu era paga para ser fofinha, mas depois fui contagiada pela maldição de ser uma atriz mirim" e destaca o reforço negativo dado à sua imagem por um diretor: "Após uma seleção em que o diretor me disse que eu era perfeita para o papel da amiga gorda, a qual era alvo de piadas em todas as páginas do roteiro, me caiu a ficha. Aos treze anos, ser bonita era o que importava. E não apenas no mundo do cinema e da televisão."<sup>26</sup>.

A tabela a seguir foi construída a partir de relatos obtidos em duas reportagens, a título meramente exemplificativo sobre fatos que ocorreram com alguns ex-artistas mirins. A primeira reportagem, escrita em 2015, com título “A fama faz mal?”<sup>27</sup> traz exemplos de jovens do *show business* internacional, que foram crianças prodígio e tornaram-se adultos problemáticos. A reportagem aponta o efeito de susto e decepção que se desenvolve no público, que vê seus ídolos tendo suas imagens denegridas. A segunda reportagem, escrita em 2014, com título “20 estrelas infantis que morreram cedo demais”<sup>28</sup>, apresenta estrelas infantis que morreram e as causas dos óbitos, sendo a maioria por overdose de drogas ilícitas. A reportagem destaca a dificuldade no crescimento daqueles que passaram a infância sob os holofotes.

<sup>25</sup> Trabalho infantil na televisão sob a ótica jurídica. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28669/trabalho-infantil-na-televisao-sob-a-otica-juridica>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

<sup>26</sup> De estrela mirim a jovem com depressão: atriz conta como sofreu com a ditadura da beleza em Hollywood. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-37444513>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

<sup>27</sup> A fama faz mal? Astros e estrelas infantis que se tornaram adultos desajustados ou problemáticos. Disponível em: <<https://revistamonet.globo.com/Listas/noticia/2015/09/fama-faz-mal-astros-e-estrelas-infantis-que-se-tornaram-adultos-desajustados-ou-problematicos.html>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

<sup>28</sup> 20 estrelas mirins que morreram cedo demais. Disponível em: <<https://revistamonet.globo.com/Listas/noticia/2014/10/20-estrelas-infantis-morreram-cedo-demaix.html>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

TABELA 1 – Dados sobre artistas mirins

Artista	Evento
Justin Bieber	Em 2014, foi preso dirigindo sob a influência de drogas e em alta velocidade. No mesmo ano, acusado de vandalismo por vizinho.
Amanda Bynes	Em 2013, passou seis meses em reabilitação após ser presa dirigindo alcoolizada.
Britney Spears	Em 2007, surtou, atacou fotógrafos e se apresentou bêbada, inclusive perdeu autonomia sobre sua conta bancária.
Aaron Carter	Em 2008, foi preso por porte de drogas.
Shia LaBeouf	Plagiou uma <i>graphic novel</i> , foi a festivais com um saco de papel na cabeça, foi acusado de desordem pública após interromper a apresentação de um musical da Broadway e foi preso.
Drew Barrymore	Começou a fumar aos 9 anos, beber aos 11 e ficou viciada em cocaína aos 13. Aos 14, tentou suicídio.
Macaulay Culkin	Teve uma juventude conturbada e foi preso consumindo maconha em 2004.
Corey Haim	Uso abusivo de benzodiazepínicos (85 diazepam/dia). Morreu em 2010, aos 38 anos, de pneumonia, após consumir vários tipos de medicação em poucos dias.
Corey Feldman	Viciado em heroína e cocaína. Declarou que seus pais o obrigaram a se tornar artista.
Tatum O'Neal	Em 2008, foi presa após ser flagrada comprando crack.
Haley Joel Osment	Em 2006, preso por dirigir alcoolizado.
Jonathan Brandis	Aos 27 anos, cometeu suicídio.
Scotty Bckett	Morreu aos 38 por uma overdose de drogas.
Christopher Pettiet	Morreu aos 24 anos, por uma overdose.
Ashleigh Ashton Moore	Morreu aos 27 anos, por overdose de heroína.
Bridgette Andersen	Morreu aos 21 anos, por overdose de heroína.
Brad Renfro	Morreu aos 25 anos, por overdose de heroína.
Lee Thompson Young	Aos 29 anos, cometeu suicídio.
River Phoenix	Morreu aos 23 anos, por overdose de cocaína e heroína.

Fonte: <https://revistamonet.globo.com/Listas/noticia/2015/09/fama-faz-mal-astros-e-estrelas-infantis-que-se-tornaram-adultos-desajustados-ou-problematicos.html>;  
<https://revistamonet.globo.com/Listas/noticia/2014/10/20-estrelas-infantis-morreram-cedo-demais.html>

Há ainda casos de atores mirins que acionaram a justiça contra seus pais, como os atores Ariel Winter e Jackie Coogan. Ariel teve abusos emocionais comprovados pelo serviço de proteção à criança, e a guarda de Ariel passou a ser de sua irmã mais velha. Jackie Coogan, por sua vez, ganhou aproximadamente US\$ 4 milhões antes de atingir a idade adulta, mas o dinheiro estava sendo gasto em extravagâncias pela sua mãe e seu padrasto<sup>29</sup>.

A psicóloga Cecília Dassi destaca que para algumas crianças pode ser até mesmo potencializador a realização do trabalho artístico, e que são os recursos internos e a rede de apoio da criança que determinará o efeito do trabalho artístico. A psicóloga se posiciona da seguinte maneira<sup>30</sup>:

Creio que a criança deve ter o direito de explorar seus potenciais, de realizar algo que goste, de trabalhar e conquistar seu próprio dinheiro, se realizar, se sentir produtiva. A liberdade de expressão e o direito da criança de desenvolver um talento inato devem ser respeitados. A questão principal é o que se fará com o talento da criança, qual o tipo de vida que terá em decorrência do talento observado. A família não pode considerar a criança como uma aplicação para render dinheiro e nem incentivar que ela seja vaidosa, defendendo-a dos defeitos nocivos da fama. Os pais devem ter discernimento para organizar uma vida longe de holofotes, preservando uma rotina mínima de criança. É muito importante que tenham as ferramentas psíquicas adequadas para elaborar de forma positiva as experiências vividas. Por isso crianças e famílias precisam de acompanhamento psicológico. Cabe aos pais, à sociedade, aos contratantes, aos terapeutas dar o apoio que as crianças necessitam.

O pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa defende que a observação do cumprimento da proteção da criança que desenvolve trabalho artístico infantil é uma atribuição de muitos: educadores familiares, educadores escolares, educadores sócio comunitários, meios de comunicação, meio artístico, agências de publicidade, e em caso de violação dos direitos, os Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito, Ministério Público, Justiça da Infância e Juventude, Defensoria Pública, Centros de Defesa de Direitos da Sociedade Civil e cidadãos comprometidos com a defesa dos direitos desse segmento da população<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> Atores mirins que foram a justiça contra os pais. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/atores-mirins-que-foram-justica-contra-os-pais-15816100>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

<sup>30</sup> Artistas mirins devem ter direito de explorar seus potenciais. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/opiniaio/coluna/mobile/2015/07/22/artistas-mirins-devem-ter-direito-de-explorar-seus-potenciais.htm>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

<sup>31</sup> Trabalho infantil na televisão sob a ótica jurídica. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28669/trabalho-infantil-na-televisao-sob-a-otica-juridica>>. Acesso em 29 mai. de 2018.



### 3.2 Regulamentação do trabalho infantil artístico

Segundo Oris de Oliveira (s. d.), o estudo do trabalho infantil artístico não tem como objetivo negar a importância da possibilidade de desenvolvimento e exercício da carreira artística pela criança e o adolescente, mas compreender as normas protetivas de direitos que o contornam. O trabalho artístico pode ser executado de modo autônomo ou a serviço de outrem, beneficiário da atividade, sendo este último o objeto deste estudo, no âmbito do infantil.

Conforme já exposto, a norma constitucional apresenta três limitações à idade mínima para admissão no trabalho: o limite básico, de dezesseis anos, o limite inferior, de quatorze anos na condição de aprendiz, e o limite superior, de dezoito anos, para o trabalho em condições insalubres, perigosas e em horário noturno (artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição). Dessa forma, o trabalho realizado em desobediência a estes parâmetros é proibido.

Assim, o trabalho infantil artístico só poderia ser realizado a partir de dezesseis anos e se respeitadas as normas de proteção ao trabalho do adolescente, previstas na Constituição, no ECA e na CLT. No entanto, a participação de menores de dezesseis anos em atividades artísticas é uma realidade notória no cotidiano, tais como em espetáculos televisivos e circenses. Deste modo, faz-se necessário compreender as peculiaridades do trabalho infantil em atividades artísticas.

O artigo 8º, item I da Convenção nº 138 prevê a possibilidade de autorização para a realização do trabalho artístico em casos individuais:

A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se as houver, pode, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções à proibição de emprego ou trabalho disposto no art. 2º desta Convenção, para fins tais como participação em representações artísticas.

O Brasil é signatário da Convenção nº 138 de 1973, recepcionada pelo ordenamento jurídico pátrio através do decreto nº 4.134/2002, portanto, o cumprimento dos termos desta é

obrigatório. Segundo Marques (2013), como o conteúdo tem como propósito resguardar a dignidade de crianças e adolescentes, diante de seu caráter protecionista, a Convenção consiste em norma de proteção de direitos humanos e tem valor constitucional, por força do §2º do artigo 5º da Constituição<sup>32</sup>, segundo o qual direitos e garantias expressas na Constituição não excluem outros decorrentes de tratados internacionais em que o Brasil seja parte.

Segatti (2015) explica que a Convenção nº 138 prevê duas hipóteses de exclusão e permissão, uma genérica e outra específica. A hipótese genérica está nos artigos 4º e 5º da Convenção, que preveem a possibilidade do Estado excluir determinada atividade do limite etário, contudo, o Brasil não se valeu desta hipótese de exclusão e adotou a ampla proibição ao trabalho (artigo 7º, XXXIII, CF), de modo que vale para todas as atividades a proibição do trabalho aos menores de dezesesseis anos. A hipótese específica é a previsão do item I do artigo 8º, de sorte que, frente à esta situação específica e individual de crianças e adolescentes menores de dezesesseis anos em atividades artísticas, admite-se a autorização.

Assim, Marques (2013, p. 206) conclui que “com base nesse dispositivo da Convenção nº 138 da OIT, pode-se utilizar o trabalho infanto juvenil em atrações artísticas” e destaca a necessidade de que a Convenção seja compreendida a partir do princípio constitucional da proteção da criança e do adolescente, de modo que o trabalho só poderá ser exercido se as atividades forem compatíveis com o desenvolvimento destes indivíduos e que a permissão excepcional não configure exploração ou abuso da criança e do adolescente no exercício da atividade.

Quanto à norma prevista no inciso IX do artigo 5º, segundo a qual é assegurada a livre expressão de atividade artística, e a aparente colisão com o direito ao não-trabalho do inciso XXXIII do artigo 7º, faz-se necessária uma interpretação harmônica e sistemática de direitos. Dessa forma, o princípio da liberdade de expressão, de acordo com Segatti (2015, p. 194), “deve ser interpretado em consonância com os demais princípios constitucionais, dentre eles o da proteção integral das crianças e dos adolescentes”. Entende Marques (2013) que o inciso

---

<sup>32</sup> CRFB. Art. 5º, §2º. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

XXXIII do artigo 7º, ao proibir o trabalho de crianças e adolescentes, tem como objetivo evitar abuso de direitos, e, da mesma forma, o inciso IX do artigo 5º da Constituição não visa explorar o trabalho artístico da criança e do adolescente, mas, garantir o direito à livre manifestação artística, ainda que esta possua cunho patrimonial.

Nesse sentido, Marques (2013) compreende que diante de conflitos entre normas constitucionais, que devem conviver de forma pacífica, este deve ser solucionado de forma proporcional, adequada e pelos meios necessários, de modo que os direitos devem adentrar uns nos outros. Assim, o direito à livre expressão artística não pode configurar exploração do trabalho da criança e do adolescente, da mesma forma que o direito ao não trabalho não pode impedir a livre expressão artística destes indivíduos. Portanto, conclui Marques (2013, p. 209), que “não existe proibição de trabalho infantil artístico, mas sim limitações”.

Marques (2013), ainda, explica que conflitos de normas constitucionais podem ser harmonizados por normas criadas pela via da legislação ordinária ou judicial, logo, tratados internacionais também podem ser capazes de harmonizar estes conflitos. Assim, a Convenção nº 138 da OIT, ao prever a possibilidade de trabalho infantil artístico com limitações nos termos da Constituição, do ECA e da CLT, funciona como forma de harmonizar o aparente conflito entre as normas previstas nos incisos XXXIII do art. 7º e IX do artigo 5º.

Diante do exposto, Oliva (2010) entende que o trabalho infantil artístico pode existir em razão da compatibilidade da vedação constitucional ao trabalho dos menores de dezesesseis anos com outros princípios constitucionais, tal como a liberdade de expressão artística, e com a Convenção nº 138, que tem status constitucional.

No mesmo sentido do artigo 8º, item I da Convenção nº 138 da OIT, o artigo 406 da CLT prevê a possibilidade de concessão de autorização para o trabalho nas hipóteses das alíneas “a” e “b” do parágrafo 3º do artigo 405 da CLT, quais sejam: trabalho “prestado de qualquer modo, em teatros de revista, cinema, boates, cassinos, cabarés, dancing e estabelecimentos análogos” e “em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes”. A autoridade competente, quando da análise da autorização, deve analisar a finalidade educativa

da atividade e se esta não é prejudicial ao desenvolvimento e formação moral. A análise, portanto, deve consistir em uma ponderação entre a realização da atividade e a possibilidade de prejuízos ao desenvolvimento e à moralidade da criança. Eis a redação do artigo 406 da CLT:

O Juiz de Menores poderá autorizar ao menor o trabalho a que se referem as letras "a" e "b" do § 3º do art. 405: I – desde que a representação tenha fim educativo ou a peça de que participe não possa ser prejudicial à sua formação moral; II – desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à sua formação moral.

Ainda, artigo 149, inciso II e parágrafos 2º e 3º do ECA também regulamenta a autorização de participação de crianças e adolescentes em atividades artísticas:

Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará: (...) II – participação de criança e adolescente em: a) espetáculos públicos e seus ensaios; b) certames de beleza. §1º. Para os fins do disposto neste artigo, a autoridade judiciária levará em conta, dentre outros fatores: a) os princípios desta Lei; b) as peculiaridades locais; c) a existência de instalações adequadas; d) o tipo de frequência habitual ao local; e) a adequação do ambiente a eventual participação ou frequência de crianças e adolescentes; f) a natureza do espetáculo. §2º. As medidas adotadas na conformidade deste artigo deverão ser fundamentadas, caso a caso, vedadas as determinações de caráter geral.

Caso a autoridade conceda o alvará de autorização, deve, nesta oportunidade, determinar diretrizes para a execução da atividade, tais como a jornada de trabalho e as condições do ambiente adequadas. Medeiros Neto (2015, p. 50) destaca condições especiais que devem ser observadas no alvará:

impossibilidade de trabalho em caso de prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente, devidamente aferido em laudo médico-psicológico; matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares, além de reforço escolar, em caso de mau desempenho; compatibilidade entre o horário escolar e a atividade de trabalho, resguardados os direitos de repouso, lazer e alimentação, dentre outros; assistência médica, odontológica e psicológica; proibição de labor a menores de 18 anos em situação e locais perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que inviabilizem ou dificultem a frequência à escola; depósito, em caderneta de poupança, de percentual mínimo incidente sobre a remuneração devida; jornada e carga horária semanal máximas de trabalho, intervalos de descanso e alimentação; acompanhamento do responsável legal do artista, ou quem o represente, durante a prestação do serviço; garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes, na relação de trabalho, os requisitos previstos em lei (arts. 2º e 3º da CLT).

A autorização deve ser compreendida como instrumento de proteção, de modo que o alvará concedido pelo juiz competente deve conter critérios protetores, disciplinando que o trabalho não poderá representar danos e prejuízos à criança e ao adolescente. Destaca-se, ainda, a necessidade de manifestação do Ministério Público do Trabalho, como fiscal da lei, quando da concessão de autorizações para a realização do trabalho aos menores de dezesesseis anos.

Assim, Oliva (2010) cita outros ordenamentos jurídicos que possuem legislação específica sobre o trabalho infantil artístico, como a Lei do Artista Infantil, na Califórnia, que determina que 50% dos ganhos do artista seja guardado em poupança, que só pode ser levantada pelo artista aos dezoito anos, e leis da França e da Colúmbia Britânica, que preveem que parte dos ganhos da criança deve ser depositada em poupança até a maioridade. Também, Campos (2012) menciona a legislação portuguesa, que autoriza o trabalho artístico de crianças e adolescentes, não apresenta limite etário para a realização do trabalho, mas, dentre outros direitos, delimita a jornada de trabalho de acordo com a idade. No entanto, indica que a fiscalização e o controle não ocorrem de forma efetiva.

Oliva (2010) pontua que a lei nº 6.533/1978, que regulamenta a profissão do artista, não traz qualquer disposição sobre o trabalho infantil, e conclui que é necessária a regulamentação do trabalho infantil artístico à luz do princípio da proteção integral, de modo a garantir a efetivação de direitos. Destaca, assim, que legislação específica sobre o tema deveria trazer regras claras e dispor sobre o status de empregado, sobre a necessidade de monitoramento da atividade por profissionais competentes, bem como a conscientização de que o trabalho infantil artístico é, de fato, trabalho e deve ser protegido, especialmente em razão do estágio de desenvolvimento das crianças e adolescente.

No que concerne à competência para concessão da autorização, discute-se se esta é do Juiz da Infância e da Juventude ou do Juiz do Trabalho. A Emenda Constitucional nº 45/2004 ampliou a competência da Justiça do Trabalho para julgar ações decorrentes da relação de trabalho e não só aquelas decorrentes da relação de emprego, portanto, julgar qualquer controvérsia que envolva interesse dos trabalhadores é competência da Justiça do Trabalho.

Segundo Oliva (2010), após o advento da referida Emenda, a competência do Juiz da Infância e da Juventude para conferir autorizações para o trabalho infantil artístico, conforme previsto nos artigos 406 da CLT e 146 do ECA, foi transferida para o Juiz do Trabalho. Para Segatti (2015), “é a justiça do trabalho quem possui melhores condições de aferir questões referentes às relações de trabalho”.

Dessa forma, entende Oliva (2010) que não há justificativa para conferir à Justiça Comum a competência para concessão de autorização, pois esta será incompetente para julgar eventuais efeitos da relação de trabalho. Por outro lado, o autor aponta que aqueles que consideram a Justiça Comum como competente entendem que esta, pelo Juiz da Infância e da Juventude, está mais aparelhada para julgar a demanda.

Importante destacar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.326, ajuizada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) em razão de atos normativos dos órgãos do Judiciário e do Ministério Público de São Paulo e do Mato Grosso, que fixaram a competência da Justiça do Trabalho para conceder autorizações. Segundo a Recomendação Conjunta nº 1/2014, nos termos do artigo 114, incisos I e II da Constituição, é da competência da Justiça do Trabalho causas que tenham como fulcro a autorização para o trabalho de crianças e adolescente, inclusive artístico.

Em decisão liminar proferida nos autos da ADI, o ministro Marco Aurélio implementou a medida acauteladora para suspender a expressão “inclusive artística” da Recomendação, fixando a competência da Justiça Comum para conceder autorizações para participação de crianças e adolescentes em atividades artísticas. Segundo o Ministro, o procedimento de autorização é de natureza civil e envolve tutela do adequado desenvolvimento social e cultural do menor, de modo que o Juízo da Infância e da Juventude é a autoridade que reúne as capacidades institucionais necessárias para analisar se a participação é prejudicial à criança e ao adolescente.

Merecem destaque os Projetos de Lei (PL) sobre a regulamentação do trabalho infantil artístico: PL 83/2006 e PL 235/2015. Brevemente, destaca-se que o primeiro não trata da

constitucionalidade da matéria, não entende o trabalho artístico infantil como trabalho, mas como livre expressão artística, e dispensa a exigência de autorização judicial para a realização da atividade, desde que haja autorização dos pais, o que é contrário à previsão da Convenção nº 138. O segundo, por sua vez, em discussão no Senado, não traz a regulamentação da jornada de trabalho. De acordo com o Procurador do Trabalho Rafael Marques Dias, é necessário que o projeto de lei preveja parâmetros mínimos de proteção<sup>33</sup>.

Ainda, é importante salientar que há questionamentos na doutrina quanto à aplicação do princípio da proteção integral, de modo que não há certeza de qual posicionamento é o mais adequado para garantir a proteção. Assim entende Oliva (2010, p. 32):

Por mais que se tente encontrar, em análise cuidadosa e casuística, o real sentido da Proteção Integral – pela vedação do trabalho aos que não completaram dezesseis anos ou concessão de alvará, preservando-se-lhes a liberdade artística – certo é que sempre haverá margem grande de erro, do qual a principal vítima será justamente aquela a que se tanto visa a proteger.

Kátia Magalhães Arruda (2012) ressalta que “a possibilidade de permissão, mesmo que excepcional, do trabalho de crianças e adolescentes menores de dezesseis anos em atividades artísticas, não é unânime, embora prevista em Convenção Internacional”.

Campos (2012) compreende que a possibilidade de autorização para a realização do trabalho infantil artístico colide com a previsão constitucional do artigo 7º, inciso XXXIII e, para que esta possa existir, faz-se necessário a modificação do texto constitucional para excepcionar esta modalidade.

Por fim, destaca-se o posicionamento de Oliva (2010), que compreende que o ideal seria a alteração constitucional que contemplasse a exceção, no entanto, entende ser possível a concessão de autorizações para o trabalho infantil artístico, a partir da leitura conjugada das

---

<sup>33</sup> Participantes em audiência pública divergem sobre o trabalho artístico de crianças. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/03/participantes-de-audiencia-publica-divergem-sobre-trabalho-artistico-de-criancas>>. Acesso em 31 mai. de 2018.

normas previstas nos incisos XXXIII do artigo 7º e IX do artigo 5º e da previsão da Convenção. Ressalta o autor, ainda, os papéis fundamentais do juiz, quando da concessão da autorização, ao disciplinar condições especiais para a atividade, e do Ministério Público do Trabalho, como fiscal da lei, o que será desenvolvido no próximo capítulo.

Diante do exposto, é fundamental compreender que a atividade exercida por crianças e adolescentes no meio artístico, muito além de manifestação artística, configura trabalho. Fato é que a manifestação artística pode ser exercida de outras formas que não o trabalho artístico de cunho econômico, tais como em apresentações escolares, aulas de desenho e música, cursos de fotografia, dentre outros. Segundo Reis e Custódio (2017), o grande problema de não se fazer essa distinção é a adoção de critérios distintos para a contratação, enquanto aos adultos aplica-se a Lei do Artista, às crianças é defendido o caráter educativo do trabalho como atividade artística e cultural, ainda que a finalidade das empresas do meio de comunicação seja a exploração da atividade artística.

Ainda, muitas vezes, as crianças são levadas para o meio artístico por vontade exclusiva dos pais, impulsionados pela expectativa de fama e sucesso, e por estes são representadas, ou seja, os próprios pais encaminham seus filhos para a realização do trabalho. Para Oliva (2010), as crianças não têm condições plenas e comprometimento necessário para exprimir sua vontade. Nesse sentido, questiona-se se o direito à livre manifestação artística é das crianças, de seus pais ou dos beneficiários da atividade artística.

A mídia apresenta benefícios da atividade artística e esconde possível exploração de crianças dos bastidores, assim, não causa impactos na sociedade. Eventuais violações de direitos são acobertadas pela glamourização da atividade para a sociedade, que, para esta modalidade de trabalho infantil, fecha os olhos.

O trabalho precoce pode comprometer a saúde, a segurança, a educação, o convívio família, a vida futura da criança, que perde sua infância e seu direito de brincar, que é fundamental para seu desenvolvimento social e cognitivo. Enquanto trabalham, as crianças não brincam. O trabalho de crianças no meio artístico é alvo de poucas críticas, ainda que as



circunstâncias possam ser violadoras de direitos. A arte, que deveria fazer parte do “brincar”, passa a ser trabalho e é aceito pelo glamour do meio artístico.

No entanto, é inquestionável a pressão que as crianças, imaturas emocional e psicologicamente, enfrentem no cotidiano artístico. Ademais, as crianças artistas precisam lidar com fama e, ainda, com a perda da fama, já que nem todos seguem na carreira artística na idade adulta. As crianças artistas podem atingir o sucesso no início da carreira e rapidamente perder o sucesso, assim, precisam, ainda muito novas, lidar com a rejeição, o fracasso e o fato de que são facilmente substituídas por outras crianças. Segundo Reis e Custódio (2017), neste contexto, é fundamental o acompanhamento psicológico da criança para lidar com esses dois momentos distintos: fama e desconhecimento.

Ser um ator mirim não transforma crianças em adultos, mas, dentre os riscos do meio artístico, destaca-se a adultização precoce. Neste contexto, destaca-se o filme *Pequena Miss Sunshine*, que aborda a adultização infantil no contexto dos concursos de beleza infantil. No enredo, a protagonista, Olive, que sonha em ser miss, é selecionada para participar de um concurso de beleza, no entanto, não se encaixa nos padrões de beleza e comportamento exigidos pelo concurso, que cria um estereótipo de adultos em miniatura, que, pela cobrança com a aparência física, compromissos e ideal de beleza, cria um ambiente competitivo, de exposição e exploração de crianças.

Assim, ainda que possível a participação de crianças e adolescentes em atividades artísticas, em razão da previsão da Convenção nº 138 da OIT e pela harmonização do direito à livre manifestação artística com o direito ao não-trabalho, é primordial a imposição de limites para o exercício da atividade, pela família, pela sociedade e pelo Estado, para impedir excessos e garantir às crianças o direito à infância.

## 4 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – ESTUDO DE CASOS

### 4. 1 A atuação do Ministério Público do Trabalho

Ao Ministério Público, como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, cabe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Dessa forma, o Ministério Público atua em diversas áreas de interesse da sociedade, inclusive na proteção da criança e do adolescente, conforme respaldo legal nos artigos 127, *caput*, 129, incisos II e III e 227, *caput* e §3º da Constituição<sup>34</sup>.

Compete ao Ministério Público do Trabalho garantir que o trabalho seja exercido em condições que respeitem a dignidade e promovam direitos fundamentais do trabalhador, o que inclui a proibição ao trabalho infantil. Destaca-se, portanto, para este estudo, a atuação do *parquet* como órgão de controle e fiscalização do trabalho infantil. É importante mencionar que a erradicação do trabalho infantil e regularização do trabalho do adolescente foi definida com meta institucional do Ministério Público do Trabalho.

---

<sup>34</sup> CRFB. Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CRFB. Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: (...) II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CRFB. Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (...) §3º. §3º. O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: I – idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII; II – garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; III – garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola; IV – garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica; V – obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade; VI – estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado; VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

Esclarece Campos (2012) que, no combate ao trabalho infantil, os procedimentos do Ministério Público são repressivos, preventivos e de cunho pedagógico, sendo a atuação protetiva e assistencial. Destaca que é necessário analisar a complexidade e diversidade de cada caso para adotar a medida pertinente, por essa razão, não há procedimento padronizado, como acontece no Ministério do Trabalho e Emprego.

O artigo 83 da Lei Complementar nº 75/1993 demonstra o leque amplo de competência do Ministério Público do Trabalho, de modo a cumprir com a responsabilidade de garantir a defesa da ordem jurídica e promover direitos fundamentais sociais, no âmbito individual e coletivo, no campo das relações de trabalho.

Corrêa (2016, p. 17-18) entende necessário que juízes, membros do Ministério Público e auditores fiscais desempenhem suas funções “na efetiva implementação dos preceitos assecuratórios desses que se destacam entre os mais fundamentais direitos da cidadania: o direito à vida livre de exploração e ao pleno desenvolvimento das potencialidades com que é brinado cada ser humano”, de modo que é de todos a responsabilidade de transformar em realidade o “sonho” da erradicação do trabalho infantil.

Reis e Custódio (2017) destacam que a proteção constitucional conferida à crianças e adolescentes determina a criação de ações e estratégias direcionadas ao combate de violação de direitos fundamentais, de modo que o Ministério Público do Trabalho é competente para propor ações necessárias para defesa e promoção desses direitos, decorrentes da relação de trabalho.

Santos e Marques (2016) entendem que é fundamental a atuação do sistema de justiça do trabalho, integrado pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Poder Judiciário Trabalhista, na proteção da criança e do adolescente e no combate a violações de direitos e ao trabalho irregular e ilícito. Nesse sentido, Reis e Custódio (2017) salientam como a atuação conjunta de todos os órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos, dentre eles o Ministério Público do Trabalho, é primordial para a efetivação do combate ao trabalho infantil.

Campos (2012) diferencia a atuação do Ministério Público do Trabalho da atuação do Ministério Público dos Estados, enquanto este atua na responsabilização civil e criminal de pais, responsáveis e terceiros, aquele atua na responsabilização trabalhista dos beneficiários do trabalho da criança e do adolescente.

De acordo com Reis e Custódio (2017), a atuação do Ministério Público do Trabalho, diante de situações que caracterizam violação ou ameaça à direitos fundamentais da crianças e do adolescente, é bastante abrangente, incluindo atos de prevenção – fiscalizando, controlando e acompanhando a realização de atividades econômicas desenvolvidas por crianças e adolescentes –, atos de reparação e punição àqueles que se apropriam da mão de obra infantil – exigindo reparação de dano coletivo e coibindo a continuidade da prática – e atos de sensibilização da sociedade das consequências do trabalho infantil.

No âmbito interno do Ministério Público do Trabalho, pela Portaria nº 299, de 10 de novembro de 2000, foi criada a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), cujo objetivo é a promoção, supervisão e coordenação de ações contra as variadas formas de exploração do trabalho de crianças e adolescentes, dando tratamento uniforme e coordenado ao tema. Dentre as principais áreas de atuação da Coordinfância encontram-se a promoção de políticas públicas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil informal, a efetivação da aprendizagem, a proteção de atletas mirins, as autorizações judiciais para o trabalho antes da idade mínima, o trabalho infantil doméstico e o trabalho infantil artístico.

Além disso, Santos (2015) destaca que a atuação da Coordenadoria tem sido no sentido de discutir questões além das tradicionalmente enfrentadas pela Justiça do Trabalho, firmando conceitos e conscientizando a sociedade, além de atuar junto às autorizações para o trabalho antes da idade legalmente permitida.

Isto posto, a atuação do Ministério Público do Trabalho se concretiza a partir da realização de audiências públicas, da participação e promoção de seminários, reuniões e campanhas educativas, da expedição de notificações recomendatórias, da propositura de assinatura de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, da instauração de Inquérito Civil e do ajuizamento de Ação Civil Pública, dentre outras possibilidades.

Importante destacar a atuação do Ministério Público do Trabalho através de seus instrumentos legais. No Inquérito Civil, são praticados atos instrutórios pelo Procurador do Trabalho, tais como inspeção, requisição de documentos e oitiva de testemunhas, para apurar irregularidades e comprovar violações à direitos, podendo ser solicitado ao Poder Público a cessação imediata da atividade. No tocante à Ação Civil Pública, é o *parquet* competente para ajuizá-la para proteger interesses da criança e do adolescente, conforme previsto nos artigos 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/1993 e 201, inciso V do ECA, e disciplinada pela lei 7.347/1985. Quanto ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), este é importante instrumento extrajudicial, no qual a parte violadora reconhece a ilicitude cometida e compromete-se a adotar condutas ou abster-se de praticá-las, sob pena de descumprimento da obrigação, podendo ser estabelecida indenização pelos danos causados.

Ademais, destaca-se a possibilidade de atuação judicial do Ministério Público do Trabalho para a implementação de políticas públicas para combate ao trabalho infantil. Assim compreende Oliveira (2015, p. 133):

Ao Ministério Público do Trabalho em conjunto com ao Ministério Público do Estado, cabe a articulação e fiscalização de todo este processo da rede de proteção de combate ao trabalho infantil, seja cobrando e garantindo políticas públicas junto ao gestor público, seja qualificando e ampliando o diálogo com todos os atores da rede de proteção, seja aproximando-se da sociedade em geral com a finalidade de desconstruir os mitos e as alternativas falaciosas para combate à pobreza, apresentando sobretudo as inúmeras alternativas existentes ao rompimento do ciclo da miséria. A nova roupagem desse órgão permanente e essencial à implementação dos direitos sociais vai ao encontro do propósito do Constituinte de 88, que foi qualificá-lo como agente articulador da cidadania.

Ainda, importante ressaltar a atuação do Ministério Público do Trabalho quando da emissão de Orientações, que tem guiado as ações do *parquet*, tal como a Orientação nº 02:

Trabalho Infantil Artístico. Proibição Geral para menores de 16 anos. Excepcionalidades. Condições Especiais. I. O trabalho artístico, nele compreendido toda e qualquer manifestação artística apreendida economicamente por outrem, é proibido para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal. II. Admite-se, no entanto, a possibilidade de exercício de trabalho artístico, para menores de 16 anos, na hipótese do art. 8º, item I da Convenção n. 138 da OIT, desde que presentes os seguintes requisitos: A) Excepcionalidade; B) Situações Individuais e Específicas; C) Ato de Autoridade Competente (autoridade judiciária do trabalho); D) Existência de uma licença ou alvará individual; E) O labor deve envolver manifestação artística; F) A licença ou alvará deverá definir em que atividades poderá haver labor, e quais as condições especiais de trabalho. III. Em razão dos princípios da proteção integral e prioridade absoluta, são condições especiais de trabalho a constar em qualquer alvará judicial que autorize o exercício de trabalho artístico para menores 16 anos, sob pena de invalidade: A) Imprescindibilidade de Contratação, de modo que aquela específica obra artística não possa, objetivamente, ser representada por maior de 16 anos; B) Prévia autorização de seus representantes legais e concessão de alvará judicial, para cada novo trabalho realizado; C) Impossibilidade de trabalho em caso de prejuízos ao desenvolvimento biopsicosocial da criança e do adolescente, devidamente aferido em laudo médico-psicológico; D) Matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares, além de reforço escolar, em caso de mau desempenho; E) Compatibilidade entre o horário escolar e atividade de trabalho, resguardos dos direitos de repouso, lazer e alimentação, dentre outros; F) Assistência médica, odontológica e psicológica; G) Proibição de labor a menores de 18 anos em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que inviabilizem ou dificultem a frequência à escola; H) Depósito, em caderneta de poupança, de percentual mínimo incidente sobre a remuneração devida; I) Jornada e carga horária semanal máximas de trabalho, intervalos de descanso e alimentação; J) Acompanhamento do responsável legal do artista, ou quem o represente, durante a prestação do serviço; L) Garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes, na relação de trabalho, os requisitos do arts. 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Outrossim, destaca-se o Grupo de Trabalho sobre trabalho infantil artístico, criado em setembro de 2016, formado por procuradores do trabalho, cujo objetivo era estabelecer estratégias junto às ações judiciais em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), que tratavam da competência da Justiça do Trabalho para análise das questões relativas ao trabalho infantil artístico. O Grupo, no entanto, foi encerrado, em razão da perda de seu objeto, diante da decisão liminar proferida pelo STF no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5326 pelo STF, que compreendeu pela competência de Juízes da Infância e da Juventude (Justiça Comum) para conferir autorizações para o trabalho infantil artístico.

É importante ressaltar a necessidade de manifestação do Ministério Público do Trabalho, como fiscal da lei, quando da concessão de alvará judicial para a realização do trabalho, conforme o item I do artigo 8º da Convenção nº 138 da OIT e a Recomendação nº 24/2014 do

Conselho Nacional do Ministério Público<sup>35</sup>, que aponta a observância de parâmetros para a autorização, que será determinante para o parecer favorável ou desfavorável durante a análise dos pedidos.

A exigência de participação do Ministério Público do Trabalho em casos que envolvem o interesse da criança e do adolescente pode ser verificada em recente decisão do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, em novembro de 2017, em processo envolvendo trabalho infantil artístico. Em primeira instância, o juiz extinguiu o processo sem julgamento de mérito pela perda do objeto, pois, a produtora, ao responder a intimação, relatou que a gravação do comercial envolvendo menor de dezesseis anos já havia sido exibida, não estava mais disponível ao público e que o bem-estar da criança havia sido preservado. Em seguida, o Ministério Público do Trabalho se manifestou, no sentido que o caso exigia participação obrigatória do *parquet*. O pedido foi acolhido pelo Tribunal, que determinou o retorno dos autos à Vara de origem e a posterior intimação do Ministério Público do Trabalho<sup>36</sup>.

Desse modo, frente a situações que caracterizam violação ou ameaça aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, o Ministério Público do Trabalho atua de forma prioritária e efetiva, recorrendo a medidas necessárias para cada caso concreto, uma vez que tem oportunidade de avaliar a situação em que a criança ou adolescente se encontra.

---

<sup>35</sup> Recomendação do CNMP nº 24 de 10/03/2014. Artigo 1º. Nos excepcionais casos de trabalho infantil artístico antes de idade mínima, previstos no art. 8º, item 1 da Convenção 138/1973 da OIT, devem ser observados pelo membro do Ministério Público que atuar no procedimento respectivo, se estão presentes os seguintes parâmetros mínimos de proteção: I – imprescindibilidade da contratação, de modo que aquela específica obra artística não possa, objetivamente, ser representada por maior de 16 anos; II – observância do princípio do interesse superior da criança e do adolescente, de modo que o trabalho artístico propicie, de fato, o desenvolvimento de suas potencialidades artísticas; III – prévia autorização de seus representantes legais e concessão de alvará judicial, para cada novo trabalho realizado; IV – impossibilidade de trabalho em caso de prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente, devidamente aferido em laudo médico psicológico; V – matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares, além de reforço escolar, em caso de mau desempenho; VI – compatibilidade entre o horário escolar e o trabalho artístico, resguardados os direitos de repouso, lazer e alimentação, dentre outros; VII – garantia de assistência médica, odontológica e psicológica; VIII – proibição de labor a menores de 18 anos em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que inviabilizem ou dificultem a frequência à escola; IX – depósito, em caderneta de poupança, de percentual mínimo incidente sobre a remuneração devida; X – jornada e carga horária semanal máximas de trabalho, com intervalos de descanso e alimentação, compatíveis com o desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente; XI – acompanhamento do responsável legal do artista, ou quem o represente, durante a prestação do serviço; XII – garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes, na relação de trabalho, os requisitos dos arts. 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

<sup>36</sup> Processo envolvendo trabalho infantil artístico não pode ser extinto sem participação do MPT, decide a 6ª Câmara. Disponível em: <<http://www.trt12.jus.br/portal/areas/ascom/extranet/noticias/2017/novembro.jsp>>. Acesso em 10 jun. de 2018.

## 4.2 Estudo de casos

Conforme exposto, o Ministério Público do Trabalho é competente para firmar Termos de Ajustamento de Conduta nas situações decorrentes das violações de direitos no contexto do trabalho infantil no meio artístico, sendo a Justiça do Trabalho competente para executar o TAC em caso de descumprimento, bem como para ajuizar Ação Civil Pública, para fins de proteção da infância e da adolescência.

Neste momento, serão apresentados casos concretos de Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelo Ministério Público do Trabalho com empresas/pessoas violadoras destes direitos fundamentais de crianças e adolescente no que concerne às relações de trabalho, bem como um caso de Ação Civil Pública ajuizada pelo *parquet* sobre o tema em questão, selecionados em razão da relevância, repercussão, abrangência e originalidade que trazem sobre o trabalho infantil artístico.

### 4.2.1 Apresentação dos casos

Em 29 de setembro de 2010, o Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região) firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 484/2010 com a empresa Globo Comunicação e Repartições S/A sobre a contratação de artistas mirins.

O contexto de assinatura do Termo foi posterior à notificação recomendatória encaminhada, em outubro de 2009, ao autor Manoel Carlos sobre o papel desempenhado pela artista mirim Klara Castanho, que eventualmente assumia características de vilã na novela Viver a Vida. Em março de 2010, foi realizada audiência com representantes da Globo, quando foi debatido o papel da artista. Segundo a manifestação do Ministério Público do Trabalho, o trabalho infantil artístico deve ser comedido, observando aspectos legais e eventuais reflexos



que a personagem pode provocar no desenvolvimento da criança. Em seguida, o *parquet* reconheceu que a emissora modificou a personagem, amenizando o aspecto de vilã da mesma<sup>37</sup>.

No Termo assinado entre a emissora e o Ministério Público do Trabalho, foram realizadas considerações sobre o trabalho infantil e sua limitação legislativa, sobre a possibilidade de permissão excepcional para o trabalho em idade inferior à mínima permitida, além de abordar a liberdade de manifestação artística, destacando que esta não pode representar risco de dano ou dano ao desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente.

Segundo acordado no Termo, em razão da excepcionalidade da permissão do trabalho infantil artístico, a emissora apenas contratará artistas menores de dezesseis anos para atuar em manifestações artísticas, quando estas não puderem ser desempenhadas por maiores de dezesseis anos. A contratação dos menores de dezesseis anos deverá ser realizada com expressa autorização de seus representantes legais e mediante alvará expedido pela autoridade judiciária.

Destaca-se que a criança e o adolescente não poderão exercer atividades que ocasionem prejuízos ao seu desenvolvimento psicossocial, o que será explicitado em laudo médico-psicológico. Ainda, o Termo demonstrou preocupação com a vida escolar da criança e do adolescente, na medida em que, como condição para a participação em atividades artísticas, o trabalho não pode coincidir com o horário escolar e a emissora deve garantir matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares, apresentando histórico escolar perante à autoridade judiciária. De mesmo modo, a participação em atividades artísticas não poderá prejudicar direitos assegurados constitucionalmente, tais como direito ao lazer, repouso, saúde e alimentação. Além disso, deve a emissora possibilitar o acompanhamento do responsável legal do artista durante a realização da atividade.

Seguidamente, foram ajustados a garantia à assistência médica, odontológica e psicológica ao artista mirim, o depósito de um percentual sobre a remuneração devida em

---

<sup>37</sup> TV Globo firma compromisso com o Ministério Público do Trabalho. Disponível em: <<https://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/2458697/tv-globo-firma-compromisso-com-o-ministerio-publico-do-trabalho>>. Acesso em 10 jun. de 2018.

caderneta de poupança, bem como a proteção de todos os direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes, na relação de trabalho, os requisitos previstos nos artigos 2º e 3º da CLT.

Quanto à jornada de trabalho, foi definido que o menor de dezesseis anos não poderá exercer atividades em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos e prejudiciais à moralidade, obedecendo à carga horária semanal máxima de trabalho e intervalos de descanso e alimentação, além de eventuais condições fixadas pela autoridade judiciária do trabalho.

Ao final, pactuou-se o pagamento de multa em caso de descumprimento das obrigações especificadas, reversível aos Fundos Municipal, Estadual ou Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente ou a instituições sem fins lucrativos que tenham como objeto de ação a tutela da infância e da adolescência.

Em 24 de julho de 2015, o Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região) firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com o empresário de artistas mirins MC Belinho para a adoção de medidas que assegurem a proteção de crianças e adolescentes agenciados por ele. Na época, o Ministério Público do Trabalho recebeu denúncias de que a filha do empresário, MC Melody, de apenas oito anos, estaria realizando shows em lugares e horários inadequados, com músicas e performances inapropriadas para sua idade<sup>38</sup>.

Segundo o Procurador do Trabalho Marco Antonio Ribeiro Tura, que propôs a assinatura do Termo, o trabalho realizado pela MC Melody ignorava cautelas necessárias para a proteção integral da criança, não atentando à preservação de sua integridade física, psíquica e moral.

Dentre as obrigações acordadas, destaca-se a necessidade de autorização judicial para contratação ou agenciamento de menores de dezesseis anos, a proibição de realização de

---

<sup>38</sup> MC Belinho assina acordo com MPT sobre o trabalho de artistas mirins agenciados por ele. Disponível em: <<http://www.prt2.mpt.mp.br/261-mc-belinho-assina-acordo-com-mpt-sobre-o-trabalho-de-artistas-mirins-agenciados-por-ele>>. Acesso em 10 jun. de 2018.

trabalho em horário noturno e em ambiente que prejudiquem o desenvolvimento físico e psíquico. Foi determinado, ainda, que as crianças e adolescentes não podem ser expostos a expressões de conotação pornográfica ou apresentar exibição de caráter sexual.

Ademais, acordou-se a obrigação de que o contrato pactuado com a criança ou o adolescente deve especificar a jornada de trabalho, os intervalos, a duração do contrato, o detalhamento da remuneração e outras particularidades sobre a atividade artística. Concordaram, também, com a garantia de cuidados médico, psicológico e odontológico, além da necessidade de comprovação de matrícula, frequência e rendimento escolar.

Por fim, pactuou-se o pagamento de multa em caso de descumprimento de qualquer obrigação, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador ou outro fundo equivalente.

Em 11 de maio de 2015, o Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região) firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 73/2015 com a empresa Vamoquevamo Pontocom Comércio de Roupas Ltda, uma vez que a compromitente contratou crianças para realizar ensaio fotográfico, vestindo camisetas estampadas com expressões inapropriadas como “Vem ni mim que eu tô facin” e “Me beija que eu sou carioca”, sem que sequer houvesse autorização por meio de alvará do Poder Público<sup>39</sup>.

De acordo com a Procuradora do Trabalho Dulce Martini Torzecki, o conteúdo da campanha sugere a prática de pedofilia e exploração sexual comercial infantil, crimes que tem como alvo não só as crianças envolvidas na campanha, mas todo o público infantil<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Empresa que comercializa produtos da Use Huck terá que custear campanha contra trabalho infantil. Disponível em: <<http://www.prt1.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-rj/226-empresa-que-comercializa-produtos-da-use-huck-tera-que-custear-campanha-contra-trabalho-infantil>>. Acesso em 10 jun. de 2018.

<sup>40</sup> MPT-RJ abre inquérito para apurar venda de camiseta infantil por grife de Luciano Huck. Disponível em: <<http://www.prt1.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-rj/181-mpt-rj-abre-inquerito-para-apurar-venda-de-camiseta-infantil-por-grife-de-luciano-huck>>. Acesso em 10 jun. de 2018.

Diante da ilicitude cometida, acordou-se, no TAC, que a empresa realizaria ações para esclarecer os malefícios do trabalho infantil, tais como publicação de informe publicitário, produção e doação de camisetas e campanha publicitária visual aérea, todos com a frase “Trabalho Infantil não é legal”, com o logotipo do Ministério Público do Trabalho e sem menção à empresa.

No tocante à contratação de crianças e adolescentes, ficou pactuada a excepcionalidade dos serviços, a necessidade de autorização judicial, a garantia à direitos trabalhistas e previdenciários, a atenção à jornada de trabalho e a efetivação de demais direitos relacionados à proteção integral da criança e do adolescente, nos mesmos termos do TAC celebrado com a Globo.

Ainda, foi estabelecido que eventual inadimplemento das obrigações sujeita a empresa ao pagamento de multa, reversível aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras instituições sem fins lucrativos.

Em 17 de novembro de 2014, o Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região) firmou Termo de Ajustamento de Conduta nº 64/2014 com a casa de shows Perequê Praia Show Ltda., a fim de que a compromitente se abstenha de contratar trabalhador menor de dezesesseis anos, sob pena de multa. A assinatura do TAC ocorreu em consequência da denúncia recebida pelo MPT de que MC Pedrinho, de doze anos de idade, realizava apresentações noturnas na casa de show, estando sujeito, assim, a condições insalubres e perigosas<sup>41</sup>.

Ao final de 2017, o Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região) firmou Termos de Ajustamento de Conduta (nº 179/2017, nº 181/2017, nº 184/2017 e nº 197/2017) com quatro lojas de roupas (Punket, Milon, Vagalume e Lilica e Tigor), com o shopping center Bella Città e com a agência de modelos Costamilan Models,

---

<sup>41</sup> Casa de Shows é impedida de explorar trabalho infantil. Disponível em: < <http://www.prt2.mpt.mp.br/188-casa-de-shows-impedida-de-explorar-trabalho-infantil>>. Acesso em 10 jun. de 2018.

após investigação sobre uso de mão de obra infantil de forma irregular para compor vitrines vivas<sup>42</sup>.

Além das obrigações já citadas nos demais Termos, tais como excepcionalidade na contratação, autorização judicial, frequência escolar e garantia de direitos trabalhistas, previdenciários e protetivos da criança e do adolescente e multa por descumprimento, acordou-se com o Shopping que este, em razão do dano moral coletivo causado, realizaria campanha publicitária sobre o trabalho infantil em suas dependências. Ainda, com a agência de modelos, pactuou-se a reparação do dano moral coletivo através da entrega de doações à instituição determinada e a obrigação de manter nas redes sociais campanha contra o trabalho infantil fornecida pelo Ministério Público do Trabalho.

Em 10 de maio de 2009, a apresentadora mirim Maísa Silva, com apenas seis anos de idade, no Programa do Sílvio Santos, assustada com outra criança caracterizada de monstro, chorou e gritou pelo palco, enquanto era alvo de comentários inadequados do apresentador Sílvio Santos, e bateu a cabeça em uma das câmeras instaladas no palco. O Ministério Público do Trabalho, quando da análise do caso, compreendeu que a carga horária exercida pela apresentadora era prejudicial ao seu desenvolvimento e, como os danos poderiam ser estendidos a outras crianças contratadas pela emissora, ajuizou Ação Civil Pública em face da TV SBT para impedir a contratação de crianças e adolescentes com menos de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz<sup>43</sup>.

Os pedidos, no entanto, foram indeferidos, pois, o juízo compreendeu pela inexistência de amparo jurídico à conclusão de que outras crianças seriam submetidas à mesma situação e pela não demonstração da ilicitude do trabalho prestado por menores. Quanto à apresentadora Maísa, pontuou pela existência de permissão para sua atuação nos programas Bom dia & Cia e do Sílvio Santos, sendo esta última revogada após o fato ocorrido.

---

<sup>42</sup> Loja de vestuário compromete-se a regularizar trabalho artístico infantil. Disponível em: <[http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal\\_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/43e79934-b212-43ee-8f24-b263554e42d0](http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/43e79934-b212-43ee-8f24-b263554e42d0)>. Acesso em 10 jun. de 2018.

<sup>43</sup> MPT não obtém condenação do SBT por incidente com apresentadora infantil Maísa. Disponível em: [http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset\\_publisher/89Dk/content/mpt-nao-obtem-condenacao-do-sbt-por-incidente-com-apresentadora-infantil-maissa](http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/mpt-nao-obtem-condenacao-do-sbt-por-incidente-com-apresentadora-infantil-maissa)>. Acesso em 10 jun. de 2018.

Em Acórdão proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 18 de dezembro de 2013, os Ministros acordaram em negar provimento ao Agravo de Instrumento do Ministério Público do Trabalho, uma vez que o fato ocorrido não configura violação à direito coletivo, apenas individual, logo não tutelável por Ação Civil Pública.

#### 4.2.3 Breves apontamentos críticos sobre os casos

Dessa forma, após a apresentação dos casos, conclui-se, que o Ministério Público do Trabalho, quando da assinatura dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta com empresas violadoras de direitos das crianças e dos adolescente, não buscou determinar a instantânea proibição do exercício do trabalho infantil artístico, mas determinar diretrizes para que este trabalho não representasse óbice à efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes constitucionalmente e convencionalmente previstos.

Assim, observa-se que, quando, da análise do contexto de cada caso, foi constatada a possibilidade de exercício do trabalho de forma protetiva e adequada à idade da criança e do adolescente, foram elaboradas obrigações para este exercício. Por outro lado, diante de circunstâncias incompatíveis com direitos fundamentais da criança e do adolescente e incapazes garantir parâmetros mínimos de proteção, o trabalho infantil foi proibido.

Portanto, ainda que o trabalho de menores de dezesseis anos não seja permitido pela Constituição, o Ministério Público do Trabalho tem atuado de forma a harmonizar essa proibição, cujo intuito é a proteção da criança e do adolescente, com a permissão excepcional, protegida, individual e autorizada, tal como previsto na Recomendação nº 24 do Conselho Nacional do Ministério Público, que traça parâmetros de proteção na hipótese excepcional de trabalho infantil artístico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos fatores como a distribuição desigual de renda com consequente pobreza das famílias, o ensino frágil e a falta de políticas públicas que garantam direitos da criança e do adolescente, podem ser as causas para o número temeroso, em 2016, de aproximadamente 150 milhões de crianças entre cinco e dezessete anos, vítimas de trabalho infantil no mundo, o que se iniciou ainda no período da escravidão quando crianças e adolescentes iniciavam seu trabalho aos sete anos.

No entanto, no caso do trabalho infantil artístico, o principal motivo de desenvolvimento deste é a perspectiva de projeção e ganho financeiro. Portanto, além do direito à livre expressão artística (artigo 5º, inciso IX da Constituição) e da permissão excepcional prevista no item 1 do artigo 8º da Convenção da OIT, a glamourização da atividade contribui para que a permissão ao trabalho infantil seja aplicada em detrimento da proibição. No entanto, grande parte das crianças e adolescentes que exerce a atividade artística não alcança a fama e o sucesso almejados e pode ser submetida à mesma realidade violadora de direitos daqueles que alcançam.

Apesar do deslumbramento causado pela atuação artística das crianças, que determina a aprovação e os aplausos da sociedade, além do incentivo dos pais, cabe ao Ministério Público do Trabalho reforçar a diferença entre “atividade artística” e “trabalho infantil artístico”, ratificando o exercício deste último à luz do princípio da proteção da criança e adolescente, lembrando que embora na televisão e nos palcos, este deve ser tão levado a sério como o trabalho nas minas de carvão, canaviais e nos casos de exploração sexual. Portanto, não se pode perder de vista que a criança e o adolescente devem ter como atividades prioritárias aquelas ligadas ao seu desenvolvimento, representando o trabalho uma exceção, destacando ainda que a erradicação do trabalho infantil é uma meta institucional do Ministério Público do Trabalho a ser perseguida.

O trabalho infantil artístico tem uma potencialidade danosa por privar a criança do convívio familiar, frequência escolar, além de capaz de afetar o desenvolvimento em diferentes esferas – física, emocional, intelectual, social e moral. Mas, ser famoso na infância não

determina necessariamente sofrimento e desajustes, e embora o risco seja elevado, este pode ser neutralizado, se a administração da carreira artística preservar os direitos e os interesses das crianças e adolescentes. Tudo depende do contexto social, educacional e familiar, sobretudo do bom senso e cuidado dos pais.

Não existe, no Brasil, regulamentação específica para o trabalho infantil artístico, pela via da legislação ordinária, sendo assim vem este recebendo tratamento diferenciado pela via judicial direta no julgamento individualizado de casos.

A proibição do trabalho artístico infantil em idade inferior a estabelecida pela Constituição no artigo 7º, inciso XXXIII, é harmonizada com a liberdade de expressão artística (artigo 5º, inciso IX da Constituição) e a admissão do seu exercício previsto pela Convenção nº 138 da OIT (status constitucional). Tal autorização consiste em permissão excepcional, protegida e individual, especificando as condições observadas no desenvolvimento do trabalho infantil de forma garantir o pleno desenvolvimento físico, moral, intelectual e psicológico da criança ou adolescente, nos mesmos termos dos artigos 149 do ECA e 406 da CLT.

Embora haja especialistas absolutamente contrários ao trabalho infantil artístico, a maioria deles entende que os artistas mirins devem ter direito de explorar seus potenciais e desenvolver o trabalho com equilíbrio e bom senso, garantindo as condições adequadas para o desenvolvimento. Para que isso aconteça, é fundamental a atuação do Ministério Público do Trabalho, como fiscal da lei e da ordem jurídica, quando da autorização para exercício da atividade, bem como regulamentando e fiscalizando este exercício.

O Ministério Público do Trabalho tem ampliado sua atuação para além das manifestações em autorizações judiciais para o exercício, através do trabalho realizado pela Coordinfância, da elaboração de TACs, do ajuizamento de ações civis públicas, da criação de portarias sobre o assunto, além da expedição de notificações recomendatórias. Desta forma, visando garantir que o trabalho infantil artístico seja exercido em condições que promovam direitos fundamentais, através do controle e fiscalização.



Diante das considerações e constatações por pesquisa bibliográfica, definição de conceitos básicos e análise do contexto do trabalho infantil artístico, foi possível concluir que esta atividade não deve ser proibida, mas, regulamentada e fiscalizada, a fim de respeitar a condição da criança e do adolescente de “indivíduo em desenvolvimento”.

Uma importante atualização a ser considerada, no que se refere ao trabalho infantil, é a regulamentação do trabalho infantil artístico e alteração constitucional garantindo a exceção, uniformizando os critérios para as formas vedadas ou autorizadas, evitando, assim, permissividades inadequadas. No entanto, a legislação precisa andar de mãos dadas com a fiscalização do Judiciário e do Ministério Público, e também com o comprometimento pela proteção da criança e do adolescente pelo público, meio artístico, educadores, psicólogos e pelos principais incentivadores, os pais.

## REFERÊNCIAS

**20 estrelas mirins que morreram cedo demais.** Disponível em:

<<https://revistamonet.globo.com/Listas/noticia/2014/10/20-estrelas-infantis-morreram-cedo-demais.html>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

**A fama faz mal? Astros e estrelas infantis que se tornaram adultos desajustados ou problemáticos.** Disponível em:

<<https://revistamonet.globo.com/Listas/noticia/2015/09/fama-faz-mal-astros-e-estrelas-infantis-que-se-tornaram-adultos-desajustados-ou-problematicos.html>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

ALMEIDA, Thalma Rosa de. Coordinfância e o Combate ao Trabalho Infantil Doméstico. In: FELIZARDO, Maria Edlene Lins; AROSIO, Cândice Gabriela; CARDOSO, Marielle Rissanne Guerra Viana (Org.). **Infância, trabalho e dignidade**: livro comemorativo aos 15 anos da Coordinfância. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. 328p.

AMÂNCIO, João Batista. Aspectos do crescimento, desenvolvimento e fisiologia da criança e do adolescente. In: MELO, Guilherme Aparecido Bassi; CÉSAR, João Batista Martins (Org.). **Trabalho Infantil: mitos, realidade e perspectivas**: estudos em homenagem ao professor Oris de Oliveira. São Paulo: LTr, 2016. 180p.

**Artistas mirins devem ter direito de explorar seus potenciais.** Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/mobile/2015/07/22/artistas-mirins-devem-ter-direito-de-explorar-seus-potenciais.htm>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

**Atores mirins que foram à justiça contra os pais.** Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/cultura/atores-mirins-que-foram-justica-contra-os-pais-15816100>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 22 mai. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Consolidação das leis trabalhistas**. 1943. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em 5 mai. de 2018

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18069.htm)>. Acesso em 23 abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. 2004. Disponível em:

<[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms\\_233716.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_233716.pdf)>. Acesso em 28 abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **ADI n. 5326. MC/DF**. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade. Relator: Min. Marco Aurélio. Brasília, 25 de agosto de 2015. Disponível em:

<[http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI\\_5326\\_MC.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI_5326_MC.pdf)>. Acesso em 30 abr. de 2018.

CAMPOS, Marcos Antônio Lopes. **Proposições jurídicas**: fonte de proteção social do trabalho infantil. 1. ed. São Paulo: LTr, 2012. 192p.

**Casa de Shows é impedida de explorar trabalho infantil**. Disponível em: <<http://www.prt2.mpt.mp.br/188-casa-de-shows-impedida-de-explorar-trabalho-infantil>>. Acesso em 10 jun. de 2018.

CASLING, Maria de Assis. Trabalho Infantil: você não vê, mas existe! In: MELO, Guilherme Aparecido Bassi; CÉSAR, João Batista Martins (Org.). **Trabalho Infantil: mitos, realidade e perspectivas**: estudos em homenagem ao professor Oris de Oliveira. São Paulo: LTr, 2016. 180p.

CAVALCANTE, Sandra Regina. **Trabalho infantil artístico do deslumbramento à ilegalidade**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2010. 120p.

CORRÊA, Lelio Bentes. O Trabalho Infantil sob a perspectiva internacional. In: MELO, Guilherme Aparecido Bassi; CÉSAR, João Batista Martins (Org.). **Trabalho Infantil: mitos, realidade e perspectivas**: estudos em homenagem ao professor Oris de Oliveira. São Paulo: LTr, 2016. 180p.

CORTES, Lourdes. **Kátia Arruda diz que trabalho artístico infantil pode gerar danos irreparáveis**. Disponível em: <[http://www.tst.jus.br/materias-especiais/-/asset\\_publisher/89Dk/content/id/2604357](http://www.tst.jus.br/materias-especiais/-/asset_publisher/89Dk/content/id/2604357)>. Acesso 29 mai. de 2018.

**De estrela mirim a jovem com depressão: atriz conta como sofreu com a ditadura da beleza em Hollywood**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-37444513>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

**Empresa que comercializa produtos da Use Huck terá que custear campanha contra trabalho infantil**. Disponível em: <<http://www.prt1.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-rj/226-empresa-que-comercializa-produtos-da-use-huck-tera-que-custear-campanha-contra-trabalho-infantil>>. Acesso em 10 jun. de 2018.

FELIZARDO, Maria Edlene Lins; AROSIO, Cândice Gabriela; CARDOSO, Marielle Rissanne Guerra Viana (Org.). **Infância, trabalho e dignidade**: livro comemorativo aos 15 anos da Coordinfância. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. 328p.

FIDUNIO, Cleia. Trabalho infantil na televisão sob a ótica jurídica. **Net**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28669/trabalho-infantil-na-televisao-sob-a-otica-juridica>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em 28 abr. de 2018.

JUNQUEIRA, Camila. Atores mirins revelam depressão e traumas. Psiquiatra explica por que isso acontece. **Net**. Disponível em: <<https://www.vix.com/pt/entretenimento/538240/atores->

mirins-revelam-depressao-e-traumas-psiquiatra-explica-por-que-isso-acontece>. Acesso em 29 mai. de 2018.

**Loja de vestuário compromete-se a regularizar trabalho artístico infantil.** Disponível em: <[http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal\\_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/43e79934-b212-43ee-8f24-b263554e42d0](http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/43e79934-b212-43ee-8f24-b263554e42d0)>. Acesso em 10 jun. de 2018.

MARQUES, Rafael Dias. Trabalho infantil artístico: possibilidades e limites. **Net.** Disponível em: <[https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/38664/018\\_marques.pdf?sequence=1](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/38664/018_marques.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 12 mai. de 2018.

MATTOS, Frederico. O estranho fenômeno das celebridades mirins. **Net.** Disponível em: <<https://medium.com/@fredmattos/o-estranho-fen%C3%B4meno-das-celebridades-mirins-1b7588d180df>>. Acesso em 29 mai. de 2018.

**MC Belinho assina acordo com MPT sobre o trabalho de artistas mirins agenciados por ele.** Disponível em: <<http://www.prt2.mpt.mp.br/261-mc-belinho-assina-acordo-com-mpt-sobre-o-trabalho-de-artistas-mirins-agenciados-por-ele>>. Acesso em 10 jun. de 2018.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de; MARQUES, Rafael Dias. **Manual de atuação do ministério público:** na prevenção e erradicação do trabalho infantil. Brasília: CNMP, 2013. 132p.

MEDEIROS NETO, Thiago de. Trabalho Infantil: Aspectos Relevantes. In: FELIZARDO, Maria Edlene Lins; AROSIO, Cândice Gabriela; CARDOSO, Marielle Rissanne Guerra Viana (Org.). **Infância, trabalho e dignidade:** livro comemorativo aos 15 anos da Coordinfância. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. 328p.

MELO, Guilherme Aparecido Bassi; CÉSAR, João Batista Martins (Org.). **Trabalho Infantil: mitos, realidade e perspectivas:** estudos em homenagem ao professor Oris de Oliveira. São Paulo: LTr, 2016. 180p.

Ministério Público do Trabalho. **Criança e Adolescente: atuação e objetivos.** Disponível em: <[http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal\\_mpt/mpt/area-atuacao/crianca-adolescente/](http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/area-atuacao/crianca-adolescente/)>. Acesso em 10 jun. de 2018.

**MPT não obtém condenação do SBT por incidente com apresentadora infantil Máisa.** Disponível em: [http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset\\_publisher/89Dk/content/mpt-nao-obtem-condenacao-do-sbt-por-incidente-com-apresentadora-infantil-maissa](http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/mpt-nao-obtem-condenacao-do-sbt-por-incidente-com-apresentadora-infantil-maissa)>. Acesso em 10 jun. de 2018.

**MPT-RJ abre inquérito para apurar venda de camiseta infantil por grife de Luciano Huck.** Disponível em: <<http://www.prt1.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-rj/181-mpt-rj-abre-inquerito-para-apurar-venda-de-camiseta-infantil-por-grife-de-luciano-huck>>. Acesso em 10 jun. de 2018.

NOGUEIRA, Eliana dos Santos Alves. O trabalho em rede como estratégia para erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente. In: MELO, Guilherme Aparecido Bassi;

CÉsar, João Batista Martins (Org.). **Trabalho Infantil: mitos, realidade e perspectivas:** estudos em homenagem ao professor Oris de Oliveira. São Paulo: LTr, 2016. 180p.

OIT. **Convenção n° 138.** Genebra, 1973. Disponível em:

<<http://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Conven%C3%A7%C3%A3o+138+da+OIT++Idade+m%C3%ADnima+de+admiss%C3%A3o+ao+emprego>>. Acesso em 3 abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Convenção n° 182.** Genebra, 1999. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3597.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3597.htm)>. Acesso em: 3 abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Convenção n° 5.** Genebra, 1919. Disponível em:

<<https://www.diap.org.br/images/stories/OIT/convencao005.pdf>>. Acesso em 3 abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Convenção n° 6.** Genebra, 1919. Disponível em:

<<https://www.diap.org.br/images/stories/OIT/convencao006.pdf>>. Acesso em 3 abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Global Estimates of Child Labour:** results and trends, 2012-2016. Geneva, 2017. Disponível em:

<[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/publication/wcms\\_575499.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/publication/wcms_575499.pdf)>. Acesso em 28 abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. **The end of child labour:** within reach. Geneva, 2016.

\_\_\_\_\_. **Recomendação n° 146.** Genebra, 1976. Disponível em:

<[http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_242723/lang--pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242723/lang--pt/index.htm)>. Acesso em: 3 abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Recomendação n° 190.** Genebra, 1999. Disponível em:

<[http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS\\_242762/lang--pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS_242762/lang--pt/index.htm)>. Acesso em: 3 abr. de 2018.

OLIVA, José Roberto Dantas. O trabalho infanto-juvenil artístico e a idade mínima: sobre a necessidade de regulamentação e a competência para sua autorização. **Net**, São Paulo, 2010. Disponível em:

<<https://portal.trt15.jus.br/documents/2225749/2246450/trabalho infantil artistico JRDO rev-amatra+%281%29.pdf/289187b0-218b-4f04-81f9-0d7caa112584>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

OLIVEIRA, Tiago Ranieri de. Políticas Públicas para o Combate ao Trabalho Infantil – Articulação Intersetorial. In: FELIZARDO, Maria Edlene Lins; AROSIO, Cândice Gabriela; CARDOSO, Marielle Rissanne Guerra Viana (Org.). **Infância, trabalho e dignidade:** livro comemorativo aos 15 anos da Coordinfância. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. 328p.

OLIVEIRA, Oris de. Apontamentos sobre a Lei do Aprendiz. In: MELO, Guilherme Aparecido Bassi; CÉSAR, João Batista Martins (Org.). **Trabalho Infantil: mitos, realidade e perspectivas:** estudos em homenagem ao professor Oris de Oliveira. São Paulo: LTr, 2016. 180p.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Infantil Artístico. Net.** Disponível em: <[http://www.fnpeti.org.br/arquivos/publico/Artigos/trabalho\\_artistico.pdf](http://www.fnpeti.org.br/arquivos/publico/Artigos/trabalho_artistico.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2018.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.html)>. Acesso em 14 abr. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** 1976. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em 2 mai. de 2018.

**Oprah Winfrey entrevista Michael Jackson.** Disponível em: <<https://mjbeats.com.br/oprah-winfrey-entrevista-michael-jackson-4ea2567b4be9>>. Acesso 29 mai. de 2018.

**Processo envolvendo trabalho infantil artístico não pode ser extinto sem participação do MPT, decide a 6ª Câmara.** Disponível em: <<http://www.trt12.jus.br/portal/areas/ascom/extranet/noticias/2017/novembro.jsp>>. Acesso em 10 de jun. de 2018.

REIS, Suzéte da Silva; CUSTÓDIO, André Viana. **Trabalho infantil nos meios de comunicação: o espetáculo da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes** Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2017. 193p.

SANTOS, Eliane Araque dos. Os Primeiros Momentos da Coordinfância. In: FELIZARDO, Maria Edlene Lins; AROSIO, Cândice Gabriela; CARDOSO, Marielle Rissanne Guerra Viana (Org.). **Infância, trabalho e dignidade: livro comemorativo aos 15 anos da Coordinfância.** Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. 328p.

SANTOS, Elisiane; MARQUES, Rafael Dias. Proteção Integral da Crianças e Adolescentes no Trabalho Artístico e o Sistema de Justiça do Trabalho. In: MELO, Guilherme Aparecido Bassi; CÉSAR, João Batista Martins (Org.). **Trabalho Infantil: mitos, realidade e perspectivas: estudos em homenagem ao professor Oris de Oliveira.** São Paulo: LTr, 2016. 180p.

SEGATTI, Ana Elisa Alves Britto. Reflexões sobre o Trabalho Infantil Artístico. In: FELIZARDO, Maria Edlene Lins; AROSIO, Cândice Gabriela; CARDOSO, Marielle Rissanne Guerra Viana (Org.). **Infância, trabalho e dignidade: livro comemorativo aos 15 anos da Coordinfância.** Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. 328p.

**Participantes em audiência pública divergem sobre o trabalho artístico de crianças.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/03/participantes-de-audiencia-publica-divergem-sobre-trabalho-artistico-de-criancas>>. Acesso 31 mai. de 2018

**TV Globo firma compromisso com o Ministério Público do Trabalho.** Disponível em: <<https://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/2458697/tv-globo-firma-compromisso-com-o-ministerio-publico-do-trabalho>>. Acesso em 10 jun. de 2018.

## **ANEXOS**

Anexo A – TAC nº 494/2010

Anexo B – TAC nº 73/2015

Anexo C – TAC nº 64/2014

Anexo D – TAC nº 179/2017

Anexo E – TAC nº 181/2017

Anexo F – TAC nº 184/2017

Anexo G – TAC nº 197/2017

## ANEXO A – TAC nº 494/2010



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

### TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 494/2010

A empresa **GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A**, inscrita no CNPJ sob nº. 27.865.757/0001-02, com sede na Rua Lopes Quintas, 303, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada por **Wagner Silva Barroso de Oliveira, João Mário de Medeiros Júnior** - OAB RJ 92732 e **Jaqueline Lima de Oliveira** – OAB RJ 115024, em função do resultado da investigação procedida nos autos do Inquérito Civil nº. 821.2001, firma o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO À CONDUTA LEGAL**, com fundamento no art. 5º, § 6º da Lei 7347/85, perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, representado pela **PROCURADORA REGIONAL DO TRABALHO, Dr.ª MARIA VITÓRIA SÜSSEKIND ROCHA**, Membro da Coordenadoria de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos – CODIN, com o seguinte teor:

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público do Trabalho incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art.127 e 129 da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal dispõe que é vedado o trabalho ao menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, inclusive nos casos de trabalho infantil artístico, observadas as regras protetivas do trabalho da criança e do adolescente, expressas na vedação do trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso e prejudicial à sua moralidade, de acordo com a Norma Constitucional, da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**CONSIDERANDO** que, excepcionalmente, em casos individuais, pode ser admitido o trabalho artístico infanto-juvenil, face o permissivo constante do art. 8º, item I, da Convenção 138/1973, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê: “A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se as houver, pode, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções à proibição de emprego ou trabalho disposto no artigo 2º desta Convenção, para fins tais como participação em representações artísticas.”

**CONSIDERANDO** que a hipótese de exclusão à faixa etária mínima prevista no retro citado dispositivo da Convenção nº 138 OIT veicula situação diversa e independente da contida nos arts. 4º e 5º da mesma norma internacional, das quais não se valem o Estado brasileiro, na forma e prazo previstos naquele instrumento, o que não exclui, todavia, a aplicabilidade do art. 8º, item 01 mencionado.

**CONSIDERANDO** que a Convenção nº. 138, de 1973, da Organização Internacional do Trabalho, segundo a melhor doutrina, ingressa no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez ratificada, na condição de norma com status constitucional, pois versa





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

sobre direitos humanos fundamentais, a revelar seu caráter de norma materialmente constitucional, com fulcro no art. 5º, parágrafo segundo da CF 1988, *in verbis* “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”;

**CONSIDERANDO** que, na forma do art. 227 e do art. 5º, IX, ambos da CRFB de 1988, a liberdade de manifestação artística constitui direito fundamental da criança e do adolescente;

**CONSIDERANDO** que, por questões de hermenêutica constitucional e dos princípios interpretativos da unidade, proporcionalidade e ponderação, dentre outros, a norma proibitiva do trabalho precoce contida no art. 7º, XXXIII da CRFB de 1988 não pode impedir, por completo, o exercício do direito fundamental relativo à liberdade de manifestação artística, quando este se sobressair no bojo de uma relação de trabalho;

**CONSIDERANDO** a necessidade de harmonização entre a proibição geral do trabalho infantil artístico e a permissão excepcional e protegida, individual e autorizada, de prática de labor em sede de manifestação artística, mediante a fixação de parâmetros protetivos mínimos a serem observados como decorrência dos princípios constitucionais da proteção integral e prioridade absoluta, seja na fixação de atividades permitidas, seja na definição de condições de trabalho.

**CONSIDERANDO** que o art. 8º, item 02 da Convenção n.º 138 condiciona a permissão excepcional de trabalho infantil artístico à fixação de condições especiais e protetivas de trabalho.

**CONSIDERANDO** que a Lei 6.533 de 1978, ao dispor sobre a profissão de artistas e técnicos em espetáculos de diversão, no seu art. 2º, define artista como “o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública”.

**CONSIDERANDO** que nem todas as manifestações artísticas previstas no quadro anexo do Decreto n.º 82.385 de 1978, que regulamenta a Lei 6.533 de 1978, são passíveis de serem exercidas por crianças e adolescentes, as quais, caso a caso, deverão ser analisadas a fim de que não representem risco de dano ou dano ao desenvolvimento biopsíquico-social.

**CONSIDERANDO** que a manifestação artística infanto-juvenil remunerada deve ser protegida pelo Ordenamento Jurídico pátrio independentemente da relação jurídica estabelecida, diante dos princípios constitucionais da proteção integral e prioridade absoluta da criança e do adolescente (art.227 da CRFB de 1988).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**CONSIDERANDO** que o dia-a-dia artístico tem utilizado e remunerado crianças e adolescentes, nas mais diversas modalidades de trabalho artístico e nas mais variadas formas de contratação (contrato de trabalho, contrato de agenciamento, contratos de prestação de serviço com pessoas jurídicas e naturais);

**CONSIDERANDO** que, nos moldes do art. 405 da Consolidação das Leis do Trabalho e art. 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que não permitam a frequência à escola.

**CONSIDERANDO** que os locais e serviços prejudiciais à moralidade, na forma do supracitado parágrafo terceiro, são aqueles: a) prestado de qualquer modo em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarês, *dancings* e estabelecimentos análogos; b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltibanco, ginasta e outras semelhantes; c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral”;

**CONSIDERANDO** que, por força do princípio da Proteção integral insculpido no art. 227 da Constituição Federal, bem como nos arts. 1º e 4º da Lei 8069/90, o art. 406 da Consolidação das Leis do Trabalho não foi recepcionado pelo Texto Constitucional, vez que inviável a concessão de autorização de trabalho do menor de 18 (dezoito) anos, na hipótese do art. 496, II da CLT, ou seja, quando necessário o trabalho da criança e do adolescente para a garantia da sua subsistência, bem como da sua família, pois tal obrigação incumbe à família, à sociedade e ao Estado.

**CONSIDERANDO** que a Emenda Constitucional n.º 45/04 transferiu para a competência da Justiça do Trabalho todo e qualquer litígio que envolva trabalho, incumbindo ao Juiz do Trabalho a competência para apreciar e julgar também questões de trabalho de criança e adolescente, inclusive autorizações para o trabalho artístico e similares, observado o art. 8º da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DA CONTRATAÇÃO DE ARTÍSTICAS**

Ao pretender contratar artistas menores de 16 anos, a compromitente observará as seguintes obrigações:

**Parágrafo Primeiro**

Somente contratar artistas menores de 16 anos para atuar em manifestações que, comprovadamente, não possam ser desempenhadas por maiores de 16 anos, considerando que tal hipótese de labor é excepcional, na forma do art. 8 da Convenção n. 138 da Organização Internacional do Trabalho.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**Parágrafo Segundo**

Somente contratar artistas menores de dezesseis anos com expressa autorização de seus representantes legais e mediante concessão de alvará expedido pela autoridade judiciária, para cada novo trabalho realizado, na forma do art.114, I da Constituição Federal e art. 149, II, parágrafo primeiro do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Parágrafo Terceiro**

Não permitir a crianças e adolescentes o exercício de trabalho artístico, que possa ocasionar prejuízos ao seu desenvolvimento biopsicosocial, devidamente explicitados em laudo medico-psicológico admissional e ou periódico.

**Parágrafo Quarto**

Garantir matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares, como condição indispensável para a participação em qualquer modalidade artístico, devendo-se apresentar o histórico escolar perante a autoridade judiciária do trabalho, que poderá sugerir reforço escolar a cargo do empregador, se necessário.

**Parágrafo Quinto**

Garantir que a atividade de trabalho não coincida com o respectivo horário escolar e nem de qualquer modo impossibilite a participação e o bom desempenho da criança e do adolescente nas atividades escolares, resguardados os direitos de lazer, repouso, saúde e alimentação, dentre outros assegurados pelo art. 227 da Constituição Federal.

**Parágrafo Sexto**

Garantir a efetiva e permanente assistência médica, odontológica e psicológica, para os artistas mirins e juvenis, na forma do art. 227 da Constituição Federal.

**Parágrafo Sétimo**

Não permitir a crianças e adolescentes a realização de trabalho em locais e serviços penigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que inviabilizem ou dificultem a frequência à escola, nos moldes do art. 405 da Consolidação das Leis do Trabalho, art. 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Portaria 20 de 2001 do Ministério do Trabalho e Emprego (ou Decreto n.º 6.481 de 2008).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**Parágrafo Oitavo**

Assegurar o depósito de um percentual sobre a remuneração devida, em caderneta de poupança, aberta em prol dos artistas menores de 16 anos, cuja movimentação só lhe será permitida quando completar maioridade legal ou mediante autorização judicial, em casos de comprovada necessidade.

**Parágrafo Nono**

Obedecer à jornada e carga horária semanal máxima de trabalho, bem como intervalos de descanso e alimentação, e ainda as condições gerais em que o trabalho será realizado, tal como fixados pela autoridade judiciária do trabalho, em alvará, com vistas a se assegurar o desenvolvimento biopsicosocial da criança e do adolescente.

**Parágrafo Décimo**

Possibilitar o acompanhamento do responsável legal do artista, ou quem o represente, durante a prestação do serviço.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Garantir os direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes, na relação de trabalho, os requisitos do art. 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, diretamente ou através da DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, fiscalizará a fiel observância do presente compromisso.

Ocorrendo o descumprimento de qualquer uma das obrigações especificadas nos parágrafos da cláusula primeira sujeitará o Compromissado ao pagamento de multa, no valor equivalente a R\$ 1.000,00 (mil reais), por cláusula descumprida e por criança e ou adolescente em situação irregular, valor aquele atualizável pelo mesmo critério dos débitos trabalhistas, reversível ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município do Rio de Janeiro, ou para o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90, art. 88, inciso, IV), ou Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o art. 5º, parágrafo sexto, e art. 13, ambos da Lei. 7.347/85, ou ainda, instituição sem fins lucrativos, cujo objeto de ação esteja relacionado à tutela da infância e da adolescência.

A multa ora pactuada não é substitutiva da obrigação não pecuniária que remanesce à aplicação da mesma.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

Na hipótese de descumprimento parcial ou total do presente termo ou de não pagamento voluntário da multa aplicada, proceder-se-á à sua execução judicial na forma da lei.

Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua celebração, e viera por prazo indeterminado, tendo eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 876 da CLT e/c arts. 5º, parágrafo sexto, da Lei. 7.347/85, e art. 585, VII, do Código de Processo Civil.

Rio de Janeiro 29 de setembro de 2010.

**MARIA VITÓRIA SÜSSEKIND ROCHA**  
Procuradora Regional do Trabalho

**JOÃO MÁRIO DE MEDEIROS  
JÚNIOR**  
Globo Comunicação e Participações S/A

**WAGNER SILVA BARROSO DE  
OLIVEIRA**  
Globo Comunicação e Participações S/A

**JAQUELINE LIMA DE OLIVEIRA**  
Globo Comunicação e Participações S/A

**ANEXO B – TAC nº 73/2015**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região

**IC 817/2015**

**COMPROMITENTE: VAMOQUEVAMO PONTOCOM COMÉRCIO DE ROUPAS  
LTDA**

**COMPROMISSÁRIO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO -  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª  
REGIÃO**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA – TAC**  
**73/2015**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, pelas Procuradoras do Trabalho DULCE MARTINI TORZECKI e DANIELLE CRAMER, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, e a empresa VAMOQUEVAMOPONTOCOM COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.665.402/0001-10, com sede na Avenida Nossa Senhora de Copacabana nº 794, sala 1106, Copacabana-RJ, nesta Capital, CEP: 22.050-001, doravante denominada COMPROMITENTE, neste ato representado pelo Sr. Pedro Cardoso Ramos, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Praça Santos Dummont nº 138, apt. 903-A, Cédula de Identidade nº 108.984.956, inscrito no CPF/MF nº 854.045.867-53, pelo Sr. José Alberto da Silva, brasileiro, casado, empresário, Cédula de Identidade nº 00364491674, inscrito no CPF nº 447.432.627-04, e pelo Sr. Jayme Nigri Moszkowicz, identidade nº 129744, CPF 090.810.797-86, sendo os dois últimos sócios representados pelo sócio Pedro Cardoso Ramos, acompanhados dos Advogados Cristiano de Lima Barreto Dias, OAB/RJ 92.784 e Alexandre Di Marino Azevedo, OAB/RJ 113.780, celebram o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei 7.357/85, nas seguintes condições:

1



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região

IC 817/2015

**CONSIDERANDO** que o artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal dispõe que é vedado o trabalho ao menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, inclusive nos casos de trabalho infantil artístico, observadas as regras protetivas do trabalho da criança e do adolescente, expressas na vedação do trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso e prejudicial à sua moralidade, de acordo com a Norma Constitucional, da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**CONSIDERANDO** que, excepcionalmente, em casos individuais, pode ser admitido o trabalho artístico infanto-juvenil, face o permissivo constante do art. 8º, item 1, da Convenção 138/1973, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê: *"A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se as houver, pode, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções à proibição de emprego ou trabalho disposto no artigo 2º desta Convenção, para fins tais como participação em representações artísticas"*;

**CONSIDERANDO** que a Convenção 138, de 1973, da Organização Internacional do Trabalho, uma vez ratificada ingressa no ordenamento jurídico brasileiro, na condição de norma com status constitucional, pois versa sobre direitos humanos fundamentais, a revelar seu caráter de norma materialmente constitucional, com fulcro no artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal: *"os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte"*;

**CONSIDERANDO** que, por questões de hermenêutica constitucional e dos princípios interpretativos da unidade, proporcionalidade e ponderação, dentre outros, a norma proibitiva do trabalho precoce contida no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal não pode impedir, por completo, o exercício do direito fundamental relativo à liberdade de manifestação artística, quando este se sobressair no bojo de uma relação de trabalho;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região

IC 817/2015

**CONSIDERANDO** a necessidade de harmonização entre a proibição geral do trabalho infantil artístico e a permissão excepcional e protegida, individual e autorizada, de prática de labor em sede de manifestação artística, mediante a fixação de parâmetros protetivos mínimos a serem observados como decorrência dos princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta, seja na fixação de atividades permitidas, seja na definição de condições de trabalho;

**CONSIDERANDO** que o artigo 8º, item 02, da Convenção 138 da OIT condiciona a permissão excepcional de trabalho infantil artístico à fixação de condições especiais e protetivas de trabalho;

**CONSIDERANDO** que nem todas as manifestações artísticas previstas no quadro anexo do Decreto nº 82.385, de 5 de outubro de 1978, que regulamenta a Lei 6.533, de 24/5/78, são passíveis de serem exercidas por crianças e adolescentes, as quais, caso a caso, deverão ser analisadas a fim de que não representem risco de dano ou dano ao seu desenvolvimento biopsicossocial;

**CONSIDERANDO** que a manifestação artística infanto-juvenil remunerada deve ser protegida independentemente da relação jurídica estabelecida, diante dos princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta da criança e do adolescente (artigo 227 da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que o dia-a-dia artístico tem utilizado e remunerado crianças e adolescentes, nas mais diversas modalidades de trabalho artístico e nas mais variadas formas de contratação (contrato de trabalho, contrato de agenciamento, contratos de prestação de serviço com pessoas jurídicas e naturais);

**CONSIDERANDO** que, nos moldes do artigo 405 da Consolidação





MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região

**IC 817/2015**

das Leis do Trabalho e do artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que não permitam a frequência à escola;

**CONSIDERANDO** que os locais e serviços prejudiciais à moralidade são aqueles: "a) prestado de qualquer modo em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarês, *dancings* e estabelecimentos análogos; b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral";

**CONSIDERANDO** que a Emenda Constitucional 45/04 transferiu para a competência da Justiça do Trabalho todo e qualquer litígio que envolva trabalho, incumbindo ao Juiz do Trabalho a competência para apreciar e julgar também questões de trabalho de criança e adolescente, inclusive autorizações para o trabalho artístico e similares, observado o artigo 8º da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho;

**CONSIDERANDO** que a COMPROMITENTE, para realizar ensaio fotográfico contratou crianças, devidamente assistidas pelos seus pais, mas sem que houvesse autorização por meio de alvará do Poder Judiciário,

**Estipulam o seguinte:**

#### **Capítulo I - DA REPARAÇÃO DO DANO MORAL COLETIVO**

Tendo em vista a ilicitude cometida pela COMPROMITENTE ao se utilizar de crianças para realizar campanha de venda de camisetas com dizeres inapropriados para o público infanto-juvenil, assume esta o dever de reparar o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região

IC 817/2015

dano causado e veicular campanha publicitária sobre trabalho infantil, mediante a assunção das obrigações a seguir arroladas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Deverá a COMPROMITENTE promover campanha publicitária visual aérea (mídia básica de praia), cujo objetivo seja esclarecer sobre os malefícios do trabalho infantil, com a seguinte frase: "*Trabalho Infantil não é legal*" e inserção do logotipo do MPT.

**Parágrafo Primeiro.** A campanha será desenvolvida sob a supervisão do COMPROMISSÁRIO, e será veiculada nos dias 14 e 21 de junho de 2015, no período das 10h às 12h, na orla das Praias do Recreio, Barra, Leblon, Ipanema, Copacabana e Leme.

**Parágrafo Segundo.** Em caso de condições meteorológicas adversas à realização das 2 (duas) veiculações (vento/chuva), a(s) data(s) não veiculada(s) será(ão) reposta(s) no(s) final(is) de semana imediatamente posterior(es).

**Parágrafo Terceiro.** Para comprovação do cumprimento das obrigações de reparação contida neste capítulo deverá ser apresentado a esta Procuradoria, no prazo de 30 (trinta) dias, o relatório de dias e horários em que houve as 2 (duas) veiculações/inserções ajustadas.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Deverá a COMPROMITENTE estampar e doar 750 (setecentas e cinquenta) camisetas, nos modelos masculino e feminino, em tamanhos adultos variados, com objetivo de esclarecer sobre os malefícios do trabalho infantil, sendo o COMPROMISSÁRIO encarregado de fornecer a arte da campanha.

**Parágrafo Primeiro.** A COMPROMITENTE entregará as camisetas para campanha, na sede desta Procuradoria, setor de almoxarifado, até o dia 09/06/2015.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região

IC 817/2015

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Deverá a COMPROMITENTE publicar, no dia 12 de junho de 2015, no caderno principal do jornal "Extra", 01 (um) informe publicitário no formato mínimo de 9,6cmx10cm da campanha "Trabalho Infantil não é legal", sendo o COMPROMISSÁRIO encarregado de fornecer a arte final da campanha.

**Parágrafo Primeiro.** Para comprovação do cumprimento da obrigação de reparação contida nesta cláusula, deverá ser apresentada a esta Procuradoria a cópia da página onde foi publicado o informe publicitário, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da campanha.

**CLÁUSULA QUARTA:** A fim de compor o acervo deste órgão para futuras veiculações, será disponibilizada uma cópia do material divulgado a esta Procuradoria.

**Parágrafo Único.** As veiculações acima estipuladas não poderão fazer qualquer menção à empresa COMPROMITENTE.

## Capítulo II: DA CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS

Ao pretender contratar artistas menores de 16 anos, a compromitente observará as seguintes obrigações:

### Parágrafo Primeiro

Somente contratar artistas menores de 16 anos para atuar em manifestações que, comprovadamente, não possam ser desempenhadas por maiores de 16 anos, considerando que tal hipótese de labor é excepcional, na forma do artigo 8º da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho.

### Parágrafo Segundo

Somente contratar artistas menores de dezesseis anos com expressa autorização de seus representantes legais e mediante concessão de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região

IC 817/2015

alvará expedido pela autoridade judiciária competente, para cada novo trabalho realizado, na forma do artigo 114, I, da Constituição Federal e artigo 149, II, parágrafo primeiro do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Parágrafo Terceiro**

Não permitir a crianças e adolescentes o exercício de trabalho artístico que possa ocasionar prejuízos ao seu desenvolvimento biopsicossocial, devidamente explicitados em laudo médico-psicológico admissional e/ou periódico.

**Parágrafo Quarto**

Garantir matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares, como condição indispensável para a participação em qualquer modalidade de trabalho artístico, com a apresentação de histórico escolar perante a autoridade judiciária, que poderá sugerir reforço escolar a cargo do tomador, se necessário.

**Parágrafo Quinto**

Garantir que a atividade de trabalho não coincida com o respectivo horário escolar e nem de qualquer modo impossibilite a participação e o bom desempenho da criança e do adolescente nas atividades escolares, resguardados os direitos de lazer, repouso, saúde e alimentação, dentre outros assegurados pelo artigo 227 da Constituição Federal.

**Parágrafo Sexto**

Garantir, durante a prestação de serviços, se houver necessidade, a efetiva e permanente assistência médica, odontológica e psicológica, para crianças e adolescentes, na forma do artigo 227 da Constituição Federal.

**Parágrafo Sétimo**

Não permitir a crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos a realização de trabalho em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que inviabilizem ou dificultem a frequência à escola, conforme artigo 405 da Consolidação das Leis do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região

**IC 817/2015**

Trabalho, artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente e Portaria 20/2001 do Ministério do Trabalho e Emprego (ou Decreto 6.481, de 12.06.2008):

**Parágrafo Oitavo**

Assegurar o depósito de um percentual mínimo, a ser estabelecido pelo Juízo, sobre a remuneração devida, em caderneta de poupança, aberta em prol dos artistas menores de 16 anos, cuja movimentação só lhe será permitida quando completar a maioridade legal ou mediante autorização judicial, em casos de comprovada necessidade.

**Parágrafo Nono**

Obedecer à jornada e carga horária semanal máximas de trabalho, bem como intervalos de descanso e alimentação, e ainda as condições gerais em que o trabalho será realizado, tal como fixados pela autoridade judiciária, em alvará, com vistas a se assegurar o desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente.

**Parágrafo Décimo**

Possibilitar o acompanhamento do responsável legal do artista, ou quem o represente, durante a prestação do serviço.

**Parágrafo Décimo Primeiro**

Garantir os direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes na relação de trabalho os requisitos dos artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

**Capítulo III: DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização dos deveres de conduta aqui descritos e assumidos será realizada pelo Ministério Público do Trabalho, direta ou indiretamente por intermédio de outras entidades ou órgãos públicos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região

IC 817/2015

#### Capítulo IV: DA CLÁUSULA PENAL

##### Parágrafo Primeiro

O eventual inadimplemento de quaisquer das obrigações previstas acima sujeitará a Compromitente ao pagamento de uma multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por cláusula descumprida e por criança e/ou adolescente em situação irregular, cumulativamente, em valor atualizável pelo mesmo critério dos débitos trabalhistas, reversível ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município do Rio de Janeiro, ou para o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90, artigo 88, IV) ou Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o artigo 5º, § 6º, e artigo 13 da Lei 7.347/85, ou, ainda, instituição sem fins lucrativos, cujo objeto de ação esteja relacionado à tutela da infância e da adolescência.

##### Parágrafo Segundo

A imputação da multa prevista no parágrafo anterior em nada prejudicará o teor das obrigações assumidas.

##### Parágrafo Terceiro

As penalidades expostas no presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta não se confundem, não se compensam e nem podem ser argumento para a não quitação de multas administrativas ou indenizações outras, previstas em leis e/ou outras normas, funcionando apenas como efeito decorrente do presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta perante o Ministério Público do Trabalho.

#### Capítulo V: DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua celebração,




MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região

IC 817/2015


e vigorará por prazo indeterminado, tendo eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 876 da CLT, c/c os artigos 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, e 585, VII, do Código de Processo Civil.

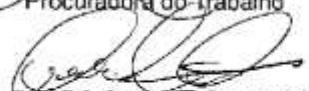
Rio de Janeiro, 11 de maio de 2015.

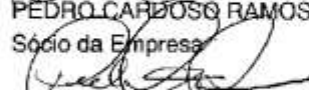
  
DULCE MARTINI TORZECKI  
Procuradora do Trabalho

  
JAYME NIGRI MOSZKOWICZ  
Sócio da Empresa (Por  
Procuração)

  
DANIELLE CRAMER  
Procuradora do Trabalho

  
CRISTIANO DE LIMA BARRETO  
DIAS  
OAB/RJ 92.784

  
PEDRO CARDOSO RAMOS  
Sócio da Empresa

  
JOSÉ ALBERTO DA SILVA  
Sócio da Empresa (Por  
Procuração)

  
ALEXANDRE DE MARINO AZEVEDO  
OAB/RJ 113.786

## ANEXO C – TAC nº 64/2014



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SANTOS

## TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 64/2014

**PEREQUÊ PRAIA SHOW LTDA-EPP.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.906.974/0001-40, com sede na Estrada Guarujá Bertloga, nº 1985, KM 6,5, CEP 11446-000, Balneário Perequê, Guarujá/SP, neste ato representado pelo seu representante legal, Dr. **PABLO CARVALHO MORENO**, advogado, OAB/SP n. 162.948, firma pelo presente instrumento o TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 64/2014, compromissando-se, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SANTOS**, representado pelos Procurador do Trabalho, Dr.º **RODRIGO LESTRADE PEDROSO**, a cumprir as seguintes obrigações:

1. **ABSTER-SE** de contratar trabalhador menor de 16 (dezesséis) anos de idade, mesmo através de contrato temporário ou por tempo parcial, ainda que de forma eventual, em cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1.988

O presente ato produzirá efeitos legais a partir de sua celebração, vigendo por prazo indeterminado e podendo ser revisto a qualquer tempo, a critério do Ministério Público do Trabalho, vigorando, inclusive, na hipótese de sucessão de empregadores, em consonância com o disposto nos artigos 10 e 448 da CLT.

O Compromissário fica constituído em mora, independentemente de qualquer ato notificatório, a partir do descumprimento da obrigação ora assumida.





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SANTOS

---

O Compromissário declara-se ciente de que, em caso de descumprimento do presente COMPROMISSO, estará, solidariamente com os sócios e administradores, sujeito à multa de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** para cada menor contratado, em caso de descumprimento, valores reversíveis ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos dos artigos 5.º, § 6.º, e 13 da Lei n.º 7.347/85, atualizável pelos índices de correção dos débitos trabalhistas. A multa poderá ser substituída por obrigação alternativa, de dar ou fazer, observadas as condições econômicas da empresa, a critério do Ministério Público do Trabalho.

A satisfação da multa ou obrigação alternativa não desonerará o(s) Compromissário(s) das obrigações de fazer e não fazer ora assumidas.

As partes reconhecem ao presente instrumento eficácia e força de título executivo extrajudicial, nos termos do disposto nos arts. 5.º, § 6.º, da Lei n.º 7.347/85, e 585, inciso II, do Código de Processo Civil, estando ciente(s) de que o não cumprimento, parcial ou total, do presente COMPROMISSO ensejará sua execução forçada perante a Justiça do Trabalho, em conformidade com o disposto nos arts. 876 e 877-A da CLT, relativamente a todas as obrigações descumpridas e à multa.

As partes reconhecem ao presente instrumento eficácia e força de título executivo extrajudicial, nos termos do disposto nos arts. 5.º, § 6.º, da Lei n.º 7.347/85, e 585, inciso II, do Código de Processo Civil, estando ciente(s) de que o não cumprimento, parcial ou total, do presente COMPROMISSO ensejará sua execução forçada perante a Justiça do Trabalho, em conformidade com o disposto nos arts. 876 e 877-A da CLT, relativamente a todas as obrigações descumpridas e à multa.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SANTOS

---

O cumprimento do presente COMPROMISSO estará sujeito à fiscalização, a qualquer tempo, pelos órgãos competentes.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Santos, 17 de novembro de 2014.

RODRIGO LESTRADE PEDROSO  
Procurador do Trabalho

PEREQUÊ PRAIA SHOW LTDA-EPP

Dr. Pablo Carvalho Moreno

## ANEXO D – TAC nº 179/2017



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 179/2017****Inquérito Civil nº 000384.2017.04.001/4**

Às 13h30min do dia 29 de novembro de 2017, na sede da Procuradoria do Trabalho no município de Passo Fundo, com a presença da Exma. Procuradora do Trabalho, **Dra. Priscila Dibi Schvarcz**, compareceu a empresa **CLARICE COSTAMILAN 59867973020 (Nome Fantasia: Costamilan Model's)**, inscrita no CNPJ nº 26.055.794/0001-84, estabelecida na Rua Paisandu, n. 1028, apt. 702, Centro, Passo Fundo/RS, representada pela **Sra. Clarice Costamilan**, CPF n. 598.679.730-20, acompanhada da advogada, **Dra. Gabriela Holzbach Nedeff**, OAB/RS 68.262, para, na forma do artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85 e artigo 113 da Lei nº 8.078/90, firmar **Termo de Ajustamento de Conduta**, conforme abaixo aduzido.

**CONSIDERANDO** que o artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal dispõe que é vedado o trabalho ao menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, inclusive nos casos de trabalho infantil artístico, observadas as regras protetivas do trabalho da criança e do adolescente, expressas na vedação do trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso e prejudicial à sua moralidade, de acordo com a Norma Constitucional, da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**CONSIDERANDO** que, excepcionalmente, em casos individuais, pode ser admitido o trabalho artístico infanto-juvenil, face o permissivo constante do art. 80, item 1, da Convenção 138/1973, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê: "A autoridade competente, após consulta com as - organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se as houver, pode, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções à proibição de emprego ou trabalho disposto no artigo 2º desta Convenção, para fins tais como participação em representações artísticas";

**CONSIDERANDO** que a Convenção 138, de 1973, da Organização Internacional do Trabalho, uma vez ratificada, ingressa no ordenamento jurídico brasileiro, na condição de norma com status constitucional, pois versa sobre direitos humanos fundamentais, a revelar seu caráter de norma materialmente constitucional, com fulcro no artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal: "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte";



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

**CONSIDERANDO** que, por questões de hermenêutica constitucional e dos princípios interpretativos da unidade, proporcionalidade e ponderação, dentre outros, a norma proibitiva do trabalho precoce contida no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal não pode impedir, por completo, o exercício do direito fundamental relativo à liberdade de manifestação artística, quando este se sobressair no bojo de uma relação de trabalho;

**CONSIDERANDO** a necessidade de harmonização entre a proibição geral do trabalho infantil artístico e a permissão excepcional e protegida, individual e autorizada, de prática de labor em sede de manifestação artística, mediante a fixação de parâmetros protetivos mínimos a serem observados como decorrência dos princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta, seja na fixação de atividades permitidas, seja na definição de condições de trabalho;

**CONSIDERANDO** que o artigo 8º, item 02, da Convenção 138 da OIT condiciona a permissão excepcional de trabalho infantil artístico à fixação de condições especiais e protetivas de trabalho;

**CONSIDERANDO** que nem todas as manifestações artísticas previstas no quadro anexo do Decreto nº 82.385, de 5 de outubro de 1978, que regulamenta a Lei 6533, de 24/5/78, são passíveis de serem exercidas por crianças e adolescentes, as quais, caso a caso, deverão ser analisadas a fim de que não representem risco de dano ou dano ao seu desenvolvimento biopsicossocial;

**CONSIDERANDO** que a manifestação artística infanto-juvenil remunerada deve ser protegida independentemente da relação jurídica estabelecida, diante dos princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta da criança e do adolescente (artigo 227 da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que o dia-a-dia artístico tem utilizado e remunerado crianças e adolescentes, nas mais diversas modalidades de trabalho artístico e nas mais variadas formas de contratação (contrato de trabalho, contrato de agenciamento, contratos de prestação de serviço com pessoas jurídicas e naturais);

**CONSIDERANDO** que, nos moldes do artigo 405 da Consolidação das Leis do Trabalho e do artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que não permitam a frequência à escola;

**CONSIDERANDO** que os locais e serviços prejudiciais à moralidade são aqueles: "a) prestado de qualquer modo em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarês, *dancings* e estabelecimentos análogos; b) em empresas circenses, em funções



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral";

**CONSIDERANDO** que a Emenda Constitucional 45/04 transferiu para a competência da Justiça do Trabalho todo e qualquer litígio que envolva trabalho, incumbindo ao Juiz do Trabalho a competência para apreciar e julgar também questões de trabalho de criança e adolescente, inclusive autorizações para o trabalho artístico e similares, observado o artigo 8º da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho;

**CONSIDERANDO** que a empresa compromissária, para realizar a exposição de seus produtos, utilizou-se de crianças, sem que houvesse autorização por meio de alvará do Poder Judiciário,

**RESOLVE** a compromissária **CLARICE COSTAMILAN 59867973020** (Nome Fantasia: Costamilan Model's), doravante denominada **compromitente, FIRMAR**, com o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, com fundamento no § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85, o presente instrumento, comprometendo-se a:

**Capítulo I - DO OBJETO**

**Cláusula 1ª:** Somente permitir, agenciar, encaminhar para agências, viabilizar o contato com agências ou realizar atividades artísticas com menores de 16 (dezesseis) anos **somente** quando comprovadamente não possam ser desempenhadas por maiores de 16 (dezesseis) anos, considerando que tal hipótese de labor é excepcional, na forma do art. 8º da Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho.

**Cláusula 2ª:** Somente permitir, agenciar, encaminhar para agências, viabilizar o contato com agências ou realizar atividades com artistas menores de dezesseis anos mediante prévia e expressa autorização de seus representantes legais e mediante **concessão de alvará** expedido pela autoridade judiciária competente, para cada novo trabalho e/ou evento realizado, na forma do art. 114, I, da Constituição Federal e art. 149, II, parágrafo primeiro, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Cláusula 3ª:** Não permitir a crianças e adolescentes o exercício de trabalho artístico ou de modelagem que possa ocasionar prejuízos ao seu desenvolvimento biopsicossocial, devidamente explicitados em laudo médico-psicológico admissional e/ou periódico, bem como que **exponham indevida e excessivamente partes do corpo** de crianças e adolescentes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

**Cláusula 4ª:** Quando encaminhar crianças e adolescentes, garantir matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares (desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio) como condição indispensável para a participação em qualquer modalidade de trabalho artístico, devendo apresentar o histórico escolar perante a autoridade judiciária do trabalho, que poderá sugerir reforço escolar a cargo do tomador de serviços, se necessário e, em não sendo responsável pela contratação direta, exigir da contratante a comprovação do cumprimento da presente obrigação, fazendo constar do respectivo contrato de prestação de serviços.

**Cláusula 5ª:** Garantir que a atividade de trabalho ou apresentação artística não coincida com o respectivo horário escolar e nem de qualquer modo impossibilite a participação e o bom desempenho da criança e do adolescente nas atividades escolares, resguardados os direitos de lazer, repouso, saúde e alimentação, dentre outros assegurados pelo artigo 227 da Constituição Federal.

**Cláusula 6ª:** Não permitir a crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos a realização de trabalho ou participação em eventos em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que inviabilizem ou dificultem a frequência à escola, conforme artigo 405 da Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente e Portaria 20/2001, do Ministério do Trabalho e Emprego (ou Decreto 6.481, de 12.06.2008).

**Cláusula 7ª:** Quando contratar diretamente, assegurar o depósito do percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração devida, em caderneta de poupança, aberta em prol dos menores de 18 anos, cuja movimentação só lhe será permitida quando completar a maioridade legal ou mediante autorização judicial, em casos de comprovada necessidade e, em não sendo responsável pela contratação direta, exigir da contratante a comprovação do cumprimento da presente obrigação, fazendo constar do respectivo contrato de prestação de serviços.

**Cláusula 8ª:** Obedecer a jornada e carga horária semanal máximas de trabalho, bem como intervalos de descanso e alimentação, e ainda as condições gerais em que o trabalho será realizado, tal como fixados pela autoridade judiciária, em alvará, com vistas a se assegurar o desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente que prestar serviços ou participar de eventos promovidos pela compromissária.

**Cláusula 9ª:** Possibilitar o acompanhamento do responsável legal da criança ou adolescente, ou de quem o represente, durante a prestação do serviço ou realização do evento promovido pela compromissária.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

**Cláusula 10ª:** Quando contratar diretamente garantir os direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes na relação de trabalho os requisitos dos artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

**Cláusula 11ª:** Não se utilizar do trabalho de modelos e manequins maiores de 16 (dezesseis) anos de idade que não comprovem a inscrição prévia junto ao Ministério do Trabalho de que trata a Lei 6.533/1978 (artigo 4º), como condição para o exercício de suas atividades.

**Cláusula 12ª:** Não impor quaisquer espécies de sanções relacionadas com eventual aumento ou diminuição de peso (massa corporal) das manequins/modelos agenciadas, especialmente multas contratuais, mas também quaisquer outras medidas que impliquem constrangimento para manter determinada aparência facial ou corporal.

**Cláusula 13ª:** Afixar e manter permanentemente cópia do presente TAC no Livro de Inspeção do Trabalho, disponível em todos os estabelecimentos para consulta da fiscalização, conforme art. 628, CLT e Portaria n. 3.158/1971 do MTE.

**Prazo: 10 dias.**

## II - DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO

**Cláusula Primeira:** O descumprimento injustificado de qualquer das obrigações pactuadas neste Termo de Ajustamento de Conduta, entendidas essas como a violação a qualquer cláusula, parágrafo, alínea, item ou subitem deste TAC, ensejará a aplicação de multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), devidamente atualizados pela tabela de correção dos débitos trabalhistas editada pelo TRT da 4ª Região, além de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por criança ou adolescente prejudicado, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do artigo 5º, parágrafo 6º, e 13 da Lei nº 7.347/85 ou à entidade beneficente a ser posteriormente definida.

**Cláusula Segunda:** O valor da multa será atualizado monetariamente por índice adotado pela Justiça do Trabalho para atualização dos créditos trabalhistas, desde a data da assinatura do presente termo.

**Cláusula Terceira:** As multas não são substitutivas da obrigação pactuada que remanesçam à aplicação das mesmas.

**Cláusula Quarta:** As eventuais multas incidirão a partir do momento em que restar comprovado o seu descumprimento.

**Cláusula Quinta:** As multas não ficam sujeitas às limitações do art. 412 do CC/02.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

**Capítulo III - DO DANO MORAL COLETIVO**

**Cláusula Primeira:** Em decorrência de a compromissária ter viabilizado a participação de crianças em evento de modelagem artística sem observância do regramento que viabiliza a prestação do trabalho infantil artístico e sem que houvesse autorização por meio de alvará expedido pelo Poder Judiciário, compromete-se a reparar a lesão de interesses difusos trabalhistas, estabelecendo-se indenização por dano moral coletivo, a ser realizada mediante a entrega de 2 doações de jogos educativos novos à Sociedade de Auxílio à Maternidade e à Infância – SAMI ( CNPJ n. 92.042.157/0001-97), a serem realizadas até 20/12/2017 a primeira e até 20/04/2018 a segunda.

**Parágrafo Primeiro:** Na primeira doação, a ser realizada até 20/12/2017, a empresa compromissária entregará os seguintes jogos: 02 Kit Bonecos família com bebê ( com 5 bonecos) - R\$180,00; 02 casinhas terapêuticas mobiliadas modelo 01 - R\$418,00; 02 jogos de alfabeto princesa - R\$ 66,00; 02 jogos aprendendo o ABC- R\$66,00; 02 jogos formando palavras - R\$66,00; 02 quebra-cabeças progressivo - R\$66,00; 02 quebra-cabeças gigante da Fazendinha - R\$116,00 e 02 jogos Troca-troca - R\$114,00, totalizando o montante de R\$1092,00.

**Parágrafo Segundo:** Na segunda doação, a ser realizada até 20/04/2018, a empresa compromissária entregará jogos educativos novos, à sua escolha, que totalizem o montante de R\$908,00.

**Parágrafo Terceiro:** para comprovação do cumprimento das obrigações constantes dos parágrafos acima relacionados, a empresa apresentará no prazo de 5 dias a contar do vencimento das obrigações, declaração firmada pela entidade beneficiária atestando o recebimento dos itens adquiridos, acompanhadas de fotografias dos itens adquiridos.

**Parágrafo Quarto: Cláusula Penal.** Na hipótese de descumprimento da cláusula 1ª do Capítulo III, estabelece-se cláusula penal de 100% sobre o valor do débito, o qual totaliza R\$2.000,00, sem prejuízo do pagamento do principal, bem como vencimento antecipado das parcelas pendentes.

**Parágrafo Quinto:** Estabelece-se, ainda, a obrigação de manter nas redes sociais da empresa compromissária (facebook e instagram), pelo prazo mínimo de 6 meses a contar de 04/12/2017, a arte referente à campanha "#chegadetrabalho infantil", a ser fornecida pelo Ministério Público do Trabalho, mediante encaminhamento aos endereços eletrônicos fornecidos. Relativamente à rede social instagram, deverá a empresa repostar a campanha no mínimo com periodicidade de 30 dias.

**Capítulo IV – DA COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO**





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

**Cláusula Primeira:** A comprovação do cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta se fará mediante a fiscalização do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Sindicato da Categoria Profissional respectiva ou de qualquer outro órgão de fiscalização.

**Cláusula Segunda:** A recusa em comprovar o cumprimento deste TAC por informações, documentos ou qualquer outro tipo de conduta, importará presunção de descumprimento de seus termos.

**Capítulo V - DA RETIFICAÇÃO E/OU ADITAMENTO DO TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA**

**Cláusula primeira:** O Ministério Público do Trabalho, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias exigirem, poderá propor retificação, complementação ou aditamento deste TAC, determinando outras providências que se fizerem necessárias, inclusive medidas judiciais.

**Capítulo VI – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula Primeira:** As partes reconhecem ao presente instrumento eficácia e força de **título executivo extrajudicial**, nos termos do disposto no art. 5º, §6º, da Lei nº 7347/85, e art. 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, estando cientes de que o não cumprimento do presente compromisso ensejará o ajuizamento de ação de execução perante a Justiça do Trabalho, em conformidade com o disposto nos arts. 876 e 877-A da CLT, relativamente a todas as obrigações assumidas.

**Cláusula Segunda:** O compromisso ora firmado não implica a renúncia, transação ou reconhecimento de direitos individuais, pretéritos, presentes ou futuros, que poderão ser pleiteados pelos interessados por meio das ações judiciais cabíveis.

**Cláusula Terceira:** As cláusulas objeto do presente ajuste permanecem inalteradas em caso de sucessão, ficando o(s) sucessor (es) responsáveis pelas obrigações aqui pactuadas, inclusive, pelo pagamento da multa avençada no caso de inadimplemento, bem como os sócios responsabilizam-se pelo pagamento das multas em caso de descumprimento. Aplica-se, portanto, ao presente Termo de Ajuste de Conduta o disposto nos artigos 10 e 448 da CLT, que dispõem que qualquer alteração na estrutura da pessoa jurídica compromissária não afetará a exigência do seu integral cumprimento.

**Cláusula Quarta:** As disposições do presente Termo de Ajuste de Conduta não impedem a aplicação de eventuais direitos estabelecidos de forma mais benéfica aos trabalhadores em instrumento normativo (acordo coletivo, convenção coletiva, ou sentença normativa).




**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

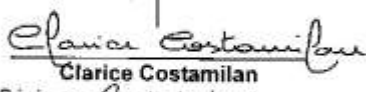
**Cláusula Quinta:** A interposição de recurso administrativo ou a proposição de ação judicial contra multas impostas à signatária pela Gerência Regional do Trabalho ou quaisquer outros órgãos, não constitui óbice à execução das multas previstas no presente termo.


**Cláusula Sexta:** O presente termo tem vigência imediata, é firmado por prazo indeterminado e tem validade em todo o território Nacional.

**Cláusula Sétima:** O termo é firmado em 2 (duas) vias de idêntico teor, sendo que 1 (uma) permanece na Procuradoria do Trabalho e uma entregue à compromissária.

Passo Fundo/RS, 29 de novembro de 2017.

  
**Priscila Dibi Schvarcz**  
 Procuradora do Trabalho

  
**Clarice Costamilan**  
 Sócio representante da empresa

  
**Dra. Gabriela Holzbach Nedeff**  
 OAB/RS 68.262

## ANEXO E – TAC nº 181/2017



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
Procuradoria do Trabalho no Município de Passo Fundo

**TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA nº 181.2017**  
**(IC 000403.2017.04.001-4)**

**VAGALUME COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o 91.791.913.0001/29, com sede na Avenida Júlio Borella, 1614, sala N, Bairro Centro, no Município de Marau/RS, neste ato representada pelo advogado da empresa, Dr. Charles Justino da Silva, OAB/RS 81.173, doravante denominada COMPROMISSÁRIA, firma **TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA**, nos autos do Inquérito Civil em epígrafe, na forma do artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85 e artigo 113 da Lei nº 8.078/90, perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, doravante denominado COMPROMITENTE, apresentado neste ato pela Procuradora do Trabalho Flávia Bornéo Funck, assumindo, a partir desta data, nos seguintes termos:

**Considerando** que a Convenção nº 182 da OIT (ratificada pelo Brasil), que trata sobre as piores formas de trabalho infantil e obriga a ação imediata para a sua eliminação, estabelece como uma das piores formas de trabalho infantil a proibição de trabalhos que possa, por sua natureza ou condições de exercício, causar danos à saúde, moralidade ou segurança das crianças e adolescentes (artigo 3º "d"), e que o trabalho como manequim e modelo, por menores de 18 inclui-se nesta categoria;

**Considerando** o disposto no artigo 227 da Constituição Federal, que diz *"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"*;

**Considerando** o disposto no artigo 5º, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que diz *"Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais"*;

**Considerando** o disposto no artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos, e de qualquer trabalho para menores de 16, salvo na condição de aprendiz;

11 f



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
 Procuradoria do Trabalho no Município de Passo Fundo

**Considerando** o disposto no artigo 405, inciso II, da CLT e também o art. 67, III da Lei nº 8.069/90 (ECA), que diz que ao menor não será permitido o trabalho em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade;

**Considerando** que o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal dispõe que é vedado o trabalho ao menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, inclusive nos casos de trabalho infantil artístico, observadas as regras protetivas do trabalho da criança e do adolescente, expressas na vedação do trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso e prejudicial à sua moralidade, de acordo com a Norma Constitucional, da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**Considerando** que, excepcionalmente, em casos individuais, pode ser admitido o trabalho artístico infanto-juvenil, face o permissivo constante do art. 8º, item 1, da Convenção 138/1973, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê *"A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se as houver, pode, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções à proibição de emprego ou trabalho disposto no artigo 2º desta Convenção, para fins tais como participação em representações artísticas"*;

**Considerando** que a hipótese de exclusão à faixa etária mínima prevista no retro citado dispositivo da Convenção n. 138 OIT veicula situação diversa e independente da contida nos arts. 4º e 5º da mesma norma internacional, das quais não se valeu o Estado brasileiro, na forma e prazo previstos naquele instrumento, o que não exclui, todavia, a aplicabilidade do art. 8º, item 01 mencionado;

**Considerando** que a Convenção n. 138, de 1973, da Organização Internacional do Trabalho, segundo melhor doutrina, ingressa no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez ratificada, na condição de norma com status constitucional, pois versa sobre direitos humanos fundamentais, a revelar seu caráter de norma materialmente constitucional, com fulcro no art. 5, parágrafo segundo da CF 1988, in verbis: "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte";

**Considerando** que, na forma do art. 227 e do art. 5, IX, ambos da CF 1988, a liberdade de manifestação artística constitui direito fundamental da criança e do adolescente;

Ch. f



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
Procuradoria do Trabalho no Município de Passo Fundo

**Considerando** que, por questões de hermenêutica constitucional e dos princípios interpretativos da unidade, proporcionalidade e ponderação, dentre outros, a norma proibitiva do trabalho precoce contida no art. 7, XXXIII da CF 1988 não pode impedir, por completo, o exercício do direito fundamental relativo à liberdade de manifestação artística, quando este se sobressair no bojo de uma relação de trabalho;

**Considerando** a necessidade de harmonização entre a proibição geral do trabalho infantil artístico e a permissão excepcional e protegida, individual e autorizada, de prática de labor em sede de manifestação artística, mediante a fixação de parâmetros protetivos mínimos a serem observados como decorrência dos princípios constitucionais da proteção integral e prioridade absoluta, seja na fixação de atividades permitidas, seja na definição de condições de trabalho.

**Considerando** que o art. 8º, item 02 da Convenção n. 138 condiciona a permissão excepcional de trabalho infantil artístico à fixação de condições especiais e protetivas de trabalho.

**Considerando** que nem todas as manifestações artísticas previstas no quadro anexo do Decreto nº 82.385, de 5 de outubro de 1978, que regulamenta a Lei 6.533, de 24/5/78, são passíveis de serem exercidas por crianças e adolescentes, as quais, caso a caso, deverão ser analisadas a fim de que não representem risco de dano ou dano ao desenvolvimento biopsicosocial.

**Considerando** que a manifestação artística infanto-juvenil remunerada deve ser protegida pelo Ordenamento Jurídico pátrio independentemente da relação jurídica estabelecida, diante dos princípios constitucionais da proteção integral e prioridade absoluta da criança e adolescente (art. 227 da CF 1988).

**Considerando** que o dia-a-dia artístico tem utilizado e remunerado crianças e adolescentes, nas mais diversas modalidades de trabalho artístico e nas mais variadas formas de contratação (contrato de trabalho, contrato de agenciamento, contratos de prestação de serviço com pessoas jurídicas e naturais).

**Considerando** que, nos moldes do art. 405 da Consolidação das Leis do Trabalho e art. 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que não permitam a frequência à escola.

14 f



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
 Procuradoria do Trabalho no Município de Passo Fundo

**Considerando** que os locais e serviços prejudiciais à moralidade, na forma do supracitado parágrafo terceiro, são aqueles: "a) *prestado de qualquer modo em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarês, dancings e estabelecimentos análogos; b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral*".

**Considerando** que, por força do princípio da Proteção Integral insculpido no art. 227 da Constituição Federal, bem como nos arts. 1º e 4º da Lei 8069/90, o art. 406 da Consolidação das Leis do Trabalho não foi recepcionado pelo Texto Constitucional, vez que inviável a concessão de autorização de trabalho do menor de 18 (dezoito) anos, na hipótese do art. 496, II da CLT, ou seja, quando necessário o trabalho da criança e do adolescente para a garantia da sua subsistência, bem como da sua família, pois tal obrigação incumbe à família, à sociedade e ao Estado.

**Considerando** que a Emenda Constitucional 45/04 transferiu para a competência da Justiça do Trabalho todo e qualquer litígio que envolva trabalho, incumbindo ao Juiz do Trabalho a competência para apreciar e julgar também questões de trabalho de criança e adolescente, inclusive autorizações para o trabalho artístico e similares, observado o art. 8º da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho.

#### **I – DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS**

**Cláusula 1ª.** Somente realizar atividades com menores de 16 anos quando tais atividades comprovadamente não possam ser desempenhadas por maiores de 16 anos, considerando que tal hipótese de labor é excepcional, na forma do art. 8º da Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho.

**Parágrafo único.** Somente contratar ou realizar produções comerciais com artistas menores de dezesesseis anos **mediante prévia e expressa autorização de seus representantes legais e mediante concessão de alvará expedido pela autoridade judiciária do trabalho, para cada novo trabalho realizado**, na forma do art. 114, I da Constituição Federal e art. 149, II, parágrafo primeiro do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Cláusula 2ª.** Observar que o trabalho artístico (a) não pode possuir caráter profissional, sendo permitido apenas ensaios esporádicos e temporários; impossibilidade de trabalho em manifestações artísticas que ocasionem ou possam causar prejuízos ao desenvolvimento da

14 f



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
 Procuradoria do Trabalho no Município de Passo Fundo

criança e do adolescente; (b) não poderá coincidir com o horário escolar, resguardados os direitos de repouso, lazer e alimentação, dentre outros.

I – Observar que é vedado o labor a menores de 18 anos em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade; em lugares e horários que inviabilizem ou dificultem a frequência à escola e/ou que produzam exposição a situações vexatórias, de apreensão, que causem medo ou sejam humilhantes ou indignas (CF, art. 227; CLT, art. 405; ECA, art. 67 e Port. nº 20/2001, do MTE);

II – Observar a jornada e carga horária semanais máximas de trabalho, bem como dos intervalos de descanso e alimentação, e ainda das condições gerais em que o trabalho será realizado, **tal como fixados pela autoridade judiciária, em alvará;**

III – Para a realização do trabalho é necessário o acompanhamento do responsável legal do artista mirim, ou quem o represente, durante a prestação do serviço.

**Cláusula 3ª.** Em caso de contratar diretamente o trabalho artístico mirim, assegurar o depósito do percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração devida, em caderneta de poupança, aberta em prol dos menores de 16 anos, cuja movimentação só lhe será permitida quando completar a maioridade legal ou mediante autorização judicial, em casos de comprovada necessidade. Em sendo de terceiros a responsabilidade pela contratação, tal exigência deverá constar do contrato de prestação de serviços.

I – Quando contratar diretamente, garantir os direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes, na relação de trabalho, os requisitos do arts. 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho. Em sendo de terceiros a responsabilidade pela contratação, tal exigência deverá constar do contrato de prestação de serviços.

## **II – DA EXTENSÃO**

**Cláusula 4ª.** O presente ato produzirá efeitos legais em todos os estabelecimentos da empresa Compromissária em todo território nacional.

## **III – DA VIGÊNCIA**

**Cláusula 5ª.** O presente ato produzirá efeitos legais a partir de sua celebração, vigendo por prazo indeterminado e podendo ser revisto a qualquer tempo, a critério do Ministério Público do Trabalho.

## **IV – DA MORA**

14 2





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
Procuradoria do Trabalho no Município de Passo Fundo

**Cláusula 6ª.** O Compromissário fica constituído em mora, independentemente de qualquer ato notificatório, a partir do descumprimento de qualquer obrigação ora assumida.

**V – DA MULTA**

**Cláusula 7ª.** O descumprimento do presente Termo de Ajuste de Conduta implicará na aplicação da multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para cada obrigação descumprida.

**Parágrafo único.** As multas serão reversíveis ao FDD – Fundo de Direitos Difusos, criado pelo Decreto nº 1306, de 09/11/1994 ou à entidade beneficente que conste do cadastro de projetos e existente no Banco de Dados do MPT.

**Cláusula 8ª.** As eventuais multas incidirão a partir do momento em que restar comprovado o seu descumprimento e terão o seu valor devidamente atualizado pela tabela de correção dos débitos trabalhistas editada pelo TRT da 4ª Região.

**Cláusula 9ª.** A satisfação da multa ou obrigação alternativa não desonerará o Compromissário das obrigações de fazer e não fazer.

**VI – DA FISCALIZAÇÃO**

**Cláusula 10.** O cumprimento do presente COMPROMISSO estará sujeito à fiscalização, a qualquer tempo, pelos órgãos competentes.

**Parágrafo único.** Em caso de notícia de descumprimento das obrigações contidas no presente Termo, será a compromissária notificada para apresentar justificativa no prazo de até 15 (quinze) dias, ficando a análise das razões expostas sujeitas exclusivamente ao exame do Ministério Público do Trabalho, que poderá acolhê-las ou rejeitá-las, integral ou parcialmente.

**VII – DA EXECUÇÃO**

**Cláusula 11.** As partes reconhecem ao presente instrumento eficácia e força de título executivo extrajudicial, nos termos do disposto no art. 5º, §6º, da Lei nº 7347/85, e art. 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, estando cientes de que o não cumprimento, total ou parcial, do presente COMPROMISSO ensejará sua execução forçada perante a Justiça do Trabalho, em conformidade com o disposto nos arts. 876 e 877-A da CLT, relativamente a todas as obrigações descumpridas e à multa.

**VII – DISPOSIÇÕES FINAIS**

cl. 8





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
Procuradoria do Trabalho no Município de Passo Fundo

**Cláusula 12.** O Ministério Público do Trabalho, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias exigirem, poderá propor retificação, complementação ou aditamento deste TAC, determinando outras providências que se fizerem necessárias, inclusive medidas judiciais.

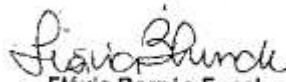
**Cláusula 13.** O compromisso ora firmado não implica a renúncia, transação ou reconhecimento de direitos individuais, pretéritos, presentes ou futuros, que poderão ser pleiteados pelos interessados por meio das ações judiciais cabíveis.

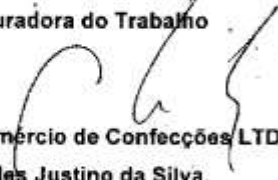
**Cláusula 14.** As cláusulas objeto do presente ajuste permanecem inalteradas em caso de sucessão, ficando o(s) sucessor(es) responsáveis pelas obrigações aqui pactuadas, inclusive, pelo pagamento da multa avençada no caso de inadimplemento.

**Cláusula 15.** A interposição de recurso administrativo ou a proposição de ação judicial contra multas impostas à signatária pela Gerência Regional do Trabalho ou quaisquer outros órgãos, não constitui óbice à execução das multas previstas no presente termo.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente TERMO, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Passo Fundo, 07 de dezembro de 2017

  
**Flávia Bornéo Funck**  
Procuradora do Trabalho

  
**Vagalume Comércio de Confeções LTDA**  
**Charles Justino da Silva**  
OAB/RS 81.173

## ANEXO F – TAC nº 184/2017



**Ministério Público do Trabalho**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO - RS**

**TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA nº 184/2017**

**INQUÉRITO CIVIL nº 000393.2017.04.001/1**

**ANAJU MEIAS E UNDERWER LTDA - ME**, CNPJ 21.007.226/0001-94, situada na Rua Sete de Setembro, 4314-4420, Shopping Bella Città, Centro, Passo Fundo, RS, neste ato representada por **CIELÊN PESSATTO HAAG**, RG 1.616.232, CPF 515.796.009-30, acompanhada pelo advogado **MARCOS FABIANI**, OAB/RS 78.289, firma o presente TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO/RS**, órgão com sede local na rua Coronel Chicuta, 575, 4º andar, Centro, município de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, pela Procuradora do Trabalho, **Dra. Renata Falcone Capistrano da Silva**, nos seguintes termos:

**CONSIDERANDO** que o artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal dispõe que é vedado o trabalho ao menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, inclusive nos casos de trabalho infantil artístico, observadas as regras protetivas do trabalho da criança e do adolescente, expressas na vedação do trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso e prejudicial à sua moralidade, de acordo com a Norma Constitucional, da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**CONSIDERANDO** que, excepcionalmente, em casos individuais, pode ser admitido o trabalho artístico infanto-juvenil, face o permissivo constante do art. 80, item 1, da Convenção 138/1973, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê: *"A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se as houver, pode, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções à proibição de emprego ou trabalho disposto no artigo 2º desta Convenção, para fins tais como participação em representações artísticas"*;

**CONSIDERANDO** que a Convenção 138, de 1973, da Organização Internacional do Trabalho, uma vez ratificada, ingressa no ordenamento jurídico brasileiro, na condição de norma com status constitucional, pois versa sobre direitos humanos fundamentais, a revelar seu caráter de norma materialmente constitucional, com fulcro no artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal: *"os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte"*;

**CONSIDERANDO** que, por questões de hermenêutica constitucional e dos princípios interpretativos da unidade, proporcionalidade e ponderação, dentre outros, a norma proibitiva do trabalho precoce contida no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal não pode impedir, por completo, o exercício do direito fundamental relativo à liberdade de manifestação artística, quando este se sobressair no bojo de uma relação de trabalho;

**CONSIDERANDO** a necessidade de harmonização entre a proibição geral do trabalho infantil artístico e a permissão excepcional e protegida, individual e autorizada, de prática de labor em sede de

Ministério Público do Trabalho – Procuradoria do Trabalho no Município de Passo Fundo-RS  
 Rua Coronel Chicuta, nº 575, 4º andar, Centro, CEP 99010-051, Passo Fundo-RS.  
 Telefones: (54) 3317-5850 – e-mail: pr04.ptm01@mp.br



**Ministério Público do Trabalho**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO - RS**

manifestação artística, mediante a fixação de parâmetros protetivos mínimos a serem observados como decorrência dos princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta, seja na fixação de atividades permitidas, seja na definição de condições de trabalho;

**CONSIDERANDO** que o artigo 8º, item 02, da Convenção 138 da OIT condiciona a permissão excepcional de trabalho infantil artístico à fixação de condições especiais e protetivas de trabalho;

**CONSIDERANDO** que nem todas as manifestações artísticas previstas no quadro anexo do Decreto nº 82.385, de 5 de outubro de 1978, que regulamenta a Lei 6533, de 24/5/78, são passíveis de serem exercidas por crianças e adolescentes, as quais, caso a caso, deverão ser analisadas a fim de que não representem risco de dano ou dano ao seu desenvolvimento biopsicossocial;

**CONSIDERANDO** que a manifestação artística infanto-juvenil remunerada deve ser protegida independentemente da relação jurídica estabelecida, diante dos princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta da criança e do adolescente (artigo 227 da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que o dia-a-dia artístico tem utilizado e remunerado crianças e adolescentes, nas mais diversas modalidades de trabalho artístico e nas mais variadas formas de contratação (contrato de trabalho, contrato de agenciamento, contratos de prestação de serviço com pessoas jurídicas e naturais);

**CONSIDERANDO** que, nos moldes do artigo 405 da Consolidação das Leis do Trabalho e do artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que não permitam a frequência à escola;

**CONSIDERANDO** que os locais e serviços prejudiciais à moralidade são aqueles: "a) prestado de qualquer modo em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarês, *dancings* e estabelecimentos análogos; b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral";

**CONSIDERANDO** que a Emenda Constitucional 45/04 transferiu para a competência da Justiça do Trabalho todo e qualquer litígio que envolva trabalho, incumbindo ao Juiz do Trabalho a competência para apreciar e julgar também questões de trabalho de criança e adolescente, inclusive autorizações para o trabalho artístico e similares, observado o artigo 6º da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho;



**Ministério Público do Trabalho**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO - RS**

**CONSIDERANDO** que a empresa suprarreferida, para realizar exposição de seus produtos, utilizou-se de crianças, devidamente assistidas pelos seus pais, mas sem que houvesse autorização por meio de alvará do Poder Judiciário,

**1 – COMPROMETE-SE ANAJU MEIAS E UNDERWER LTDA - ME, DORAVANTE DENOMINADA COMPROMISSÁRIA, PELO PRESENTE TERMO, AO SEGUINTE:**

**1.1** - Somente contratar, se utilizar ou permitir que, de qualquer modo, sua marca seja divulgada por artistas, modelos ou manequins menores de dezesseis anos, quando as manifestações artísticas, comprovadamente, não possam ser desempenhadas por maiores de dezesseis anos, considerando que tal hipótese de labor é excepcional, na forma do artigo 8º da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho.

**1.2** - Somente contratar, utilizar-se ou permitir que, de qualquer modo, sua marca seja divulgada por artistas, modelos ou manequins menores de dezesseis anos com expressa autorização de seus representantes legais e mediante concessão de alvará expedido pela autoridade judiciária competente, para cada novo trabalho realizado, na forma do artigo 114, I, da Constituição Federal, e artigo 149, II, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**1.3** - Não permitir a crianças e adolescentes o exercício de trabalho artístico ou de modelagem, em benefício de sua marca, que possa ocasionar prejuízos ao seu desenvolvimento biopsicossocial, devidamente explicitados em laudo médico-psicológico admissional e/ou periódico.

**1.4** - Garantir matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares, como condições indispensáveis para a participação de crianças ou adolescentes em qualquer modalidade de trabalho ou apresentação artística que envolva sua marca, com a apresentação de histórico escolar perante a autoridade judiciária, que poderá sugerir reforço escolar a cargo do tomador, se necessário.

**1.5** - Garantir que a atividade de trabalho ou apresentação artística que envolva sua marca não coincida com o respectivo horário escolar e nem de qualquer modo impossibilite a participação e o bom desempenho da criança e do adolescente nas atividades escolares, resguardados os direitos de lazer, repouso, saúde e alimentação, dentre outros assegurados pelo artigo 227 da Constituição Federal.

**1.6** - Garantir, durante a prestação de serviços ou realização eventos em benefício da sua marca, se houver necessidade, a efetiva e permanente assistência médica, odontológica e psicológica, para crianças e adolescentes, na forma do artigo 227 da Constituição Federal.

**1.7** - Não permitir a crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos a realização de trabalho ou participação em eventos que envolvam sua marca em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que inviabilizem ou dificultem a frequência à escola, conforme artigo 405 da Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 67 do Estatuto da



**Ministério Público do Trabalho**  
 PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – 4ª REGIÃO  
 PROCURADORIA DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO - RS

Criança e do Adolescente e Portaria 20/2001, do Ministério do Trabalho e Emprego (ou Decreto 6.481, de 12.06.2008).

**1.8** - Assegurar o depósito de um percentual mínimo, a ser estabelecido pelo Juízo, sobre a remuneração devida, em caderneta de poupança, aberta em prol dos artistas, modelos e manequins menores de 16 anos, contratados pela compromissária ou cuja participação em evento repercute na divulgação da marca da compromissária, cuja movimentação só lhe será permitida quando completar a maioridade legal ou mediante autorização judicial, em casos de comprovada necessidade.

**1.9** - Obedecer a jornada e carga horária semanal máximas de trabalho, bem como intervalos de descanso e alimentação, e ainda as condições gerais em que o trabalho será realizado, tal como fixados pela autoridade judiciária, em alvará, com vistas a se assegurar o desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente que prestar serviços ou participar de eventos envolvendo a marca da compromissária.

**1.10** - Possibilitar o acompanhamento do responsável legal da criança ou adolescente, ou de quem o represente, durante a prestação do serviço ou realização do evento que divulgue a marca da compromissária.

**1.11** - Garantir os direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes na relação de trabalho os requisitos dos artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

**2** - Em caso de descumprimento das obrigações ora pactuadas, a Compromissária arcará com o pagamento de multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por cláusula descumprida a cada oportunidade em que se configurar o descumprimento, acrescida de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por criança ou adolescente prejudicado em razão de cada irregularidade.

**2.1** - O valor da multa será atualizado monetariamente por índice adotado pela Justiça do Trabalho para atualização dos créditos trabalhistas, desde a data da assinatura do presente termo.

**3** - As presentes multas cominatórias não substituem a obrigação que lhes deu origem, tendo em vista a sua feição coercitiva. Assim, a imposição e o pagamento da multa não retiram da Compromissária a obrigação de cumprir o presente instrumento;

**4** - O presente acordo não altera ou substitui eventual instrumento anteriormente celebrado perante esta Procuradoria. Referidos instrumentos devem coexistir e as multas, caso devidas, devem ser somadas.

**5** - O valor das multas será revertido em benefício de fundo de natureza pública, ente ou órgão público, ou instituição privada sem fins lucrativos, a critério exclusivo do Ministério Público do Trabalho, que poderá, ainda, converter o valor devido em bens e/ou serviços, em favor de tais destinatários.



**Ministério Público do Trabalho**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO - RS**

**6** – A assinatura do presente Termo não exonera a parte compromissária da observância de quaisquer outras obrigações legais ou convencionais não abrangidas por este instrumento.

**7** - O presente compromisso constitui **título executivo extrajudicial trabalhista**, conforme dispõe o art. 876, "caput" da CLT c/c art. 5º, § 6º da LACP, bem como **tem validade por prazo indeterminado e se aplica à matriz e a todas as filiais existentes ou que venham a ser criadas** pela parte Compromissária, podendo ser executado em qualquer de seus foros jurisdicionais, de acordo com o local do dano que ensejar o descumprimento do TAC.

**Parágrafo único** - A transferência da atividade econômica explorada pela COMPROMISSÁRIA, assim como a transferência total ou parcial de seus estabelecimentos, não acarretam prejuízos às obrigações assumidas neste TAC, competindo ao(s) sócio(s) administrador(es), em tais hipóteses, dar ciência deste compromisso a terceiros interessados, sob pena de responsabilização solidária pelo pagamento das multas devidas.

Estando a Compromissária e o Ministério Público do Trabalho de acordo quanto ao teor deste termo, firmam o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, para que sejam produzidos os seus legais e jurídicos efeitos.

Passo Fundo/RS, 07 de dezembro de 2017.

**RENATA FALCONE CAPISTRANO DA SILVA**  
 Procuradora do Trabalho

**ANAJU MEIAS E UNDERWER LTDA - ME**

## ANEXO F – TAC nº 197/2017



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 197/2017**

Inquérito Civil nº 000428.2017.04.001/0

Às 14h30min do dia 19 de dezembro de 2017, na sede da Procuradoria do Trabalho no município de Passo Fundo, com a presença da Exma. Procuradora do Trabalho, **Dra. Priscila Dibi Schvarcz**, compareceu o **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO BELLA CITTÀ SHOPPING CENTER DE PASSO FUNDO**, inscrito no CNPJ nº 04.564.926/0001-60, estabelecida na Rua Coronel Chicuta, n. 355, Passo Fundo /RS, representado pela **Sra. Nadia Jeziorski Hartmann**, CPF n. 637.266.020-20, acompanhada do advogado, **Dr. Leonardo Luiz Wilhelm**, OAB/RS 106.329, para, na forma do artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85 e artigo 113 da Lei nº 8.078/90, firmar **Termo de Ajustamento de Conduta**, conforme abaixo aduzido.

**CONSIDERANDO** que o artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal dispõe que é vedado o trabalho ao menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, inclusive nos casos de trabalho infantil artístico, observadas as regras protetivas do trabalho da criança e do adolescente, expressas na vedação do trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso e prejudicial à sua moralidade, de acordo com a Norma Constitucional, da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**CONSIDERANDO** que, excepcionalmente, em casos individuais, pode ser admitido o trabalho artístico infanto-juvenil, face o permissivo constante do art. 80, item 1, da Convenção 138/1973, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê: "A autoridade competente, após consulta com as - organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se as houver, pode, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções à proibição de emprego ou trabalho disposto no artigo 2º desta Convenção, para fins tais como participação em representações artísticas";

**CONSIDERANDO** que a Convenção 138, de 1973, da Organização Internacional do Trabalho, uma vez ratificada, ingressa no ordenamento jurídico brasileiro, na condição de norma com status constitucional, pois versa sobre direitos humanos fundamentais, a revelar seu caráter de norma materialmente constitucional, com fulcro no artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal: "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte";





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

**CONSIDERANDO** que, por questões de hermenêutica constitucional e dos princípios interpretativos da unidade, proporcionalidade e ponderação, dentre outros, a norma proibitiva do trabalho precoce contida no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal não pode impedir, por completo, o exercício do direito fundamental relativo à liberdade de manifestação artística, quando este se sobressair no bojo de uma relação de trabalho;

**CONSIDERANDO** a necessidade de harmonização entre a proibição geral do trabalho infantil artístico e a permissão excepcional e protegida, individual e autorizada, de prática de labor em sede de manifestação artística, mediante a fixação de parâmetros protetivos mínimos a serem observados como decorrência dos princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta, seja na fixação de atividades permitidas, seja na definição de condições de trabalho;

**CONSIDERANDO** que o artigo 8º, item 02, da Convenção 138 da OIT condiciona a permissão excepcional de trabalho infantil artístico à fixação de condições especiais e protetivas de trabalho;

**CONSIDERANDO** que nem todas as manifestações artísticas previstas no quadro anexo do Decreto nº 82.385, de 5 de outubro de 1978, que regulamenta a Lei 6533, de 24/5/78, são passíveis de serem exercidas por crianças e adolescentes, as quais, caso a caso, deverão ser analisadas a fim de que não representem risco de dano ou dano ao seu desenvolvimento biopsicossocial;

**CONSIDERANDO** que a manifestação artística infanto-juvenil remunerada deve ser protegida independentemente da relação jurídica estabelecida, diante dos princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta da criança e do adolescente (artigo 227 da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que o dia-a-dia artístico tem utilizado e remunerado crianças e adolescentes, nas mais diversas modalidades de trabalho artístico e nas mais variadas formas de contratação (contrato de trabalho, contrato de agenciamento, contratos de prestação de serviço com pessoas jurídicas e naturais);

**CONSIDERANDO** que, nos moldes do artigo 405 da Consolidação das Leis do Trabalho e do artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e em lugares e horários que não permitam a frequência à escola;

**CONSIDERANDO** que os locais e serviços prejudiciais à moralidade são aqueles: "a) prestado de qualquer modo em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarês, *dancings* e estabelecimentos análogos; b) em empresas circenses, em funções





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral";

**CONSIDERANDO** que a Emenda Constitucional 45/04 transferiu para a competência da Justiça do Trabalho todo e qualquer litígio que envolva trabalho, incumbindo ao Juiz do Trabalho a competência para apreciar e julgar também questões de trabalho de criança e adolescente, inclusive autorizações para o trabalho artístico e similares, observado o artigo 8º da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho;

**RESOLVE** o compromissário **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO BELLA CITTÀ SHOPPING CENTER DE PASSO FUNDO**, doravante denominado **compromitente**, **FIRMAR**, com o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, com fundamento no § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85, o presente instrumento, comprometendo-se a:

**Capítulo I - DO OBJETO**

**Cláusula 1ª:** Somente contratar, se utilizar, permitir ou apoiar eventos em que, de qualquer modo, sua marca seja divulgada ou que sejam realizados em suas dependências com apoio do compromissário, por artistas, modelos ou manequins menores de dezesseis anos, quando as manifestações artísticas, comprovadamente, não possam ser desempenhadas por maiores de dezesseis anos, considerando que tal hipótese de labor é excepcional, na forma do artigo 8º da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho.

**Cláusula 2ª:** Somente contratar, se utilizar, permitir ou apoiar eventos em que, de qualquer modo, sua marca seja divulgada ou que sejam realizados em suas dependências com apoio do compromissário, por artistas, modelos ou manequins menores de dezesseis anos com **expressa** autorização de seus representantes legais e mediante **concessão de alvará** expedido pela autoridade judiciária competente, para cada novo trabalho realizado, na forma do artigo 114, I, da Constituição Federal, e artigo 149, II, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Cláusula 3ª:** Não permitir a crianças e adolescentes o exercício de trabalho artístico ou de modelagem, em benefício de sua marca ou que sejam realizados em suas dependências com apoio do compromissário, que possa ocasionar prejuízos ao seu desenvolvimento biopsicossocial, devidamente explicitados em laudo médico-psicológico admissional e/ou periódico, bem como que exponham indevida e excessivamente partes do corpo de crianças e adolescentes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

**Cláusula 4ª: Garantir** matrícula, frequência e bom aproveitamento escolares, como condições indispensáveis para a participação de crianças ou adolescentes em qualquer modalidade de trabalho ou apresentação artística que envolva sua marca ou que sejam realizados em suas dependências com apoio do compromissário, com a apresentação de histórico escolar perante a autoridade judiciária, que poderá sugerir reforço escolar a cargo do tomador, se necessário.

**Cláusula 5ª: Garantir** que a atividade de trabalho ou apresentação artística que envolva sua marca não coincida com o respectivo horário escolar e nem de qualquer modo impossibilite a participação e o bom desempenho da criança e do adolescente nas atividades escolares, resguardados os direitos de lazer, repouso, saúde e alimentação, dentre outros assegurados pelo artigo 227 da Constituição Federal.

**Cláusula 6ª: Garantir**, durante a prestação de serviços ou realização eventos em benefício da sua marca ou que sejam realizados em suas dependências com apoio do compromissário, se houver necessidade, a efetiva e permanente assistência médica, odontológica e psicológica, para crianças e adolescentes, na forma do artigo 227 da Constituição Federal.

**Cláusula 7ª: Não permitir** a crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos a realização de trabalho ou participação em eventos que envolvam sua marca ou que sejam realizados em suas dependências com apoio do compromissário em locais e serviços perigosos, noturnos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade e, em lugares e horários que inviabilizem ou dificultem a frequência à escola, conforme artigo 405 da Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente e Portaria 20/2001, do Ministério do Trabalho e Emprego (ou Decreto 6.481, de 12.06.2008).

**Cláusula 8ª: Assegurar** o depósito de um percentual mínimo, a ser estabelecido pelo Juízo, sobre a remuneração devida, em caderneta de poupança, aberta em prol dos artistas, modelos e manequins menores de 16 anos, contratados pela compromissária ou cuja participação em evento repercuta na divulgação da marca da compromissária, cuja movimentação só lhe será permitida quando completar a maioridade legal ou mediante autorização judicial, em casos de comprovada necessidade.

**Cláusula 9ª: Obedecer** a jornada e carga horária semanal máximas de trabalho, bem como intervalos de descanso e alimentação, e ainda as condições gerais em que o trabalho será realizado, tal como fixados pela autoridade judiciária, em alvará, com vistas a se assegurar o desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente que prestar serviços ou participar de eventos envolvendo a marca da compromissária.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

**Cláusula 10ª:** Possibilitar o acompanhamento do responsável legal da criança ou adolescente, ou de quem o represente, durante a prestação do serviço ou realização do evento que divulgue a marca da compromissária.

**Cláusula 11ª:** Garantir os direitos trabalhistas e previdenciários quando presentes na relação de trabalho os requisitos dos artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

**Cláusula 12ª:** A empresa elaborará e entregará a cada um dos locatários das unidades individuais do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO BELLA CITTÀ SHOPPING CENTER DE PASSO FUNDO, mediante comprovação de recebimento, circular ou outro documento equivalente, onde deverão ser transcritas as obrigações constantes do presente TAC, bem como a responsabilidade das unidades autônomas, os prazos para comunicação prévia da compromissária e, eventualmente, as penalidades fixadas em caso de não observância.

**Prazo: 45 dias.**

**Cláusula 13ª:** Afixar e manter permanentemente cópia do presente TAC no Livro de Inspeção do Trabalho, disponível em todos os estabelecimentos para consulta da fiscalização, conforme art. 628, CLT e Portaria n. 3.158/1971 do MTE.

**Prazo: 10 dias.**

## II - DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO

**Cláusula Primeira:** O descumprimento injustificado de qualquer das obrigações pactuadas neste Termo de Ajustamento de Conduta, entendidas essas como a violação a qualquer cláusula, parágrafo, alínea, item ou subitem deste TAC, ensejará a aplicação de multa de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), devidamente atualizados pela tabela de correção dos débitos trabalhistas editada pelo TRT da 4ª Região, além de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais) por criança ou adolescente prejudicado, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do artigo 5º, parágrafo 6º, e 13 da Lei nº 7.347/85 ou à entidade beneficente a ser posteriormente definida.

**Cláusula Segunda:** O valor da multa será atualizado monetariamente por índice adotado pela Justiça do Trabalho para atualização dos créditos trabalhistas, desde a data da assinatura do presente termo.

**Cláusula Terceira:** As multas não são substitutivas da obrigação pactuada que remanesce à aplicação das mesmas.

**Cláusula Quarta:** As eventuais multas incidirão a partir do momento em que restar comprovado o seu descumprimento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

**Cláusula Quinta:** As multas não ficam sujeitas às limitações do art. 412 do CC/02.

**Capítulo III - DO DANO MORAL COLETIVO**

**Cláusula Primeira:** Em decorrência da situação constatada nos presentes autos, a compromissária realizará uma campanha publicitária sobre trabalho infantil nas dependências do Condomínio Edifício Bella Città Shopping Center de Passo Fundo mediante a divulgação de, no mínimo, uma das faces de 01 display de publicidade por andar ou na hipótese de não divulgação em um dos displays, substituir pela divulgação em área destinada a publicidade (painel) localizada no subsolo do shopping, observando-se a necessidade de permanência de 4 áreas de divulgação permanentemente em áreas de circulação do Shopping, a partir de arte fornecida pelo MPT, relativamente a campanha contra a exploração do trabalho infantil. A campanha deverá ser realizada durante o prazo de 15 dias ininterruptos por mês, prioritariamente na primeira quinzena de cada mês, durante o prazo de 5 meses, a contar de 08/01/2018.

**Parágrafo Primeiro: Cláusula Penal.** Na hipótese de descumprimento desta obrigação, a compromissária pagará multa de R\$10.000,00.

**Parágrafo Segundo:** A comprovação do cumprimento da presente obrigação deverá ser realizada a partir da apresentação de fotografias que comprovem a realização da campanha, a serem protocoladas eletronicamente até 15/01/2018, nos autos do IC 000428.2017.04.001/0.

**Capítulo IV – DA COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO**

**Cláusula Primeira:** A comprovação do cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta se fará mediante a fiscalização do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Sindicato da Categoria Profissional respectiva ou de qualquer outro órgão de fiscalização.

**Cláusula Segunda:** A recusa em comprovar o cumprimento deste TAC por informações, documentos ou qualquer outro tipo de conduta, importará presunção de descumprimento de seus termos.

**Capítulo V - DA RETIFICAÇÃO E/OU ADITAMENTO DO TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

**Cláusula primeira:** O Ministério Público do Trabalho, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias exigirem, poderá propor retificação, complementação ou aditamento deste TAC, determinando outras providências que se fizerem necessárias, inclusive medidas judiciais.

**Capítulo VI – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula Primeira:** As partes reconhecem ao presente instrumento eficácia e força de **título executivo extrajudicial**, nos termos do disposto no art. 5º, §6º, da Lei nº 7347/85, e art. 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, estando cientes de que o não cumprimento do presente compromisso ensejará o ajuizamento de ação de execução perante a Justiça do Trabalho, em conformidade com o disposto nos arts. 876 e 877-A da CLT, relativamente a todas as obrigações assumidas.

**Cláusula Segunda:** O compromisso ora firmado não implica a renúncia, transação ou reconhecimento de direitos individuais, pretéritos, presentes ou futuros, que poderão ser pleiteados pelos interessados por meio das ações judiciais cabíveis.

**Cláusula Terceira:** As cláusulas objeto do presente ajuste permanecem inalteradas em caso de sucessão, ficando o(s) sucessor (es) responsáveis pelas obrigações aqui pactuadas, inclusive, pelo pagamento da multa avençada no caso de inadimplemento, bem como os sócios responsabilizam-se pelo pagamento das multas em caso de descumprimento. Aplica-se, portanto, ao presente Termo de Ajuste de Conduta o disposto nos artigos 10 e 448 da CLT, que dispõem que qualquer alteração na estrutura da pessoa jurídica compromissária não afetará a exigência do seu integral cumprimento.

**Cláusula Quarta:** As disposições do presente Termo de Ajuste de Conduta não impedem a aplicação de eventuais direitos estabelecidos de forma mais benéfica aos trabalhadores em instrumento normativo (acordo coletivo, convenção coletiva, ou sentença normativa).

**Cláusula Quinta:** A interposição de recurso administrativo ou a proposição de ação judicial contra multas impostas à signatária pela Gerência Regional do Trabalho ou quaisquer outros órgãos, não constitui óbice à execução das multas previstas no presente termo.

**Cláusula Sexta:** O presente termo tem vigência imediata, é firmado por prazo indeterminado e tem validade em todo o território Nacional.

**Cláusula Sétima:** O termo é firmado em 2 (duas) vias de idêntico teor, sendo que 1 (uma) permanece na Procuradoria do Trabalho e uma entregue à compromissária.

Passo Fundo/RS, 19 de dezembro de 2017.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO**

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Priscila Dibi Schvarcz', written over a horizontal line.

**Priscila Dibi Schvarcz**  
**Procuradora do Trabalho**

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Nadia Jeziorski Hartmann', written over a horizontal line.

**Nadia Jeziorski Hartmann**  
**Síndica do condomínio**

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Leonardo', written over a horizontal line.

**Dr. Leonardo Luiz Wilhelm**  
**OAB/RS 106.329**